



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 027

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 027

27ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Projetos de Lei Complementar 06

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 06

Dep. Luiz Eduardo Cheida 07

Dep. Pastor Edson Praczyk 08

Dep. Edgar Bueno 09

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Reni Pereira 11

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 12

Dep. Tadeu Veneri 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 10

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 17

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 18

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 19

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 22

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 23

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 25

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 26

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final 29

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 30

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

DIÁRIO Nº 027

27ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE ABRIL DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Mauro Moraes, Ney Leprevost e Teruo Kato (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 042/08

Curitiba, 02/03/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje e amanhã - 02/04/08 e 03/04/08 -, por estar em visita as minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O município de Cascavel e a região oeste amaneceram tristes com a morte da Irmã Thereza Zancanaro,

que durante 30 anos atuou no Abrigo São Vicente de Paula, cuidando de idosos e pessoas necessitadas. A importância da Irmã Thereza para a cidade é testemunhada por inúmeras famílias que ao longo das últimas décadas buscaram nela apoio e proteção, sem dúvida fará muita falta à comunidade cascavelense e principalmente àqueles que contavam com a atenção e o carinho da irmã.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário dessa Casa Legislativa que se digne a aprovar a inserção nos Anais da Plenária, do dia de hoje, de efusivas congratulações ao jornal O Regional, pela passagem dos 33 anos de fundação, da cidade de Assis Chateaubriand, a ser celebrado festivamente neste dia 04 de abril, com presença de lideranças políticas, empresariais e convidados. Na oportunidade, inclusive, será lançada a 1ª edição do jornal em cores.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência ao casal Zulmira e Ademir Brito dos Santos, Diretores-proprietários do Jornal homenageado.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

A ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cascavel) foi fundada em 04/04/60, hoje possui 1.800 sócios e tem suas instalações em sede própria que mede 1.350 m2, sendo conduzida por diretoria dinâmica com o apoio de dezenas de colaboradores que atuam em diversas áreas com direcionamento de ações sempre voltadas para seus associados e visando o desenvolvimento da classe empresarial.

Nossas congratulações aos dirigentes da ACIC - Valdinei Antonio da Silva (Presidente), Marcos Roberto Teixeira (Vice-Presidente), André Bueno (Vice-Presidente para Assuntos do Comércio), Roberto Kaefer (Vice-Presidente para Assuntos da Indústria), Dilvo Grolli (Vice-Presidente para Assuntos da Agropecuária), Carlos Roberto Santos Guedes (Vice-Presidente para Assuntos da Prestação de Serviços), Afonso Galdino (Vice-Presidente para Assuntos das Microempresas), Margarida Domingues Carneiro (Vice-Presidente para Assuntos da Mulher Empresária), Roberto dos Santos (Vice-Presidente para Assuntos do Jovem Empreendedor), Evilásio Schmitz (Diretor-Secretário), Cleide Zem Zancanaro (Diretor-Secretário Adjunto), Marcius Augusto Gennari (Diretor-Tesoureiro), Luiz Frare (Diretor-Tesoureiro Adjunto), Cláudio Valter Kopp (Diretor de Relações Públicas), Caio Gottlieb (Diretor de Comunicação Social), José Atílio

Fistarol Araújo (Diretor de Eventos), José Alexandre Polasek (Diretor de Assuntos Comunitários), Sérgio Carlos Kasprzak (Diretor de Patrimônio), Rafael Salvatti (Diretor do Comércio Exterior), Valdir Pacini (Diretor de Assuntos Sócio-Econômicos), Leopoldo Nestor Furlan (Diretor do Serviço Central de Proteção ao Crédito), Miguel Porfírio (Diretor de Assuntos Governamentais) e Madalena Schuster (Diretora Coordenadora de Núcleos Setoriais e Multissetoriais) - extensivas a todos os seus associados e colaboradores.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário dessa Casa Legislativa que se digne a aprovar a inserção nos Anais da Plenária, do dia de hoje, de efusivas congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - ACIMACAR, na cidade de Marechal Cândido Rondon - ACIMACAR, na cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pela passagem dos 40 anos de fundação da entidade, a ser completada neste dia 07 de abril.

Caso aprovada a presente proposição, requer que da decisão, seja dada ciência às diretoria da entidade congratulada.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Foi no dia 07/04/68 que um grupo de empresários rondonenses fundou a ACIMACAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon.

Os fundadores queriam uma entidade forte, que os representasse, que defendesse os seus interesses e, acima de tudo, promovesse o desenvolvimento do então jovem município de Marechal Cândido Rondon que contava então com apenas oito anos de existência.

A ACIMACAR logo consolidou-se como uma das entidades mais fortes e atuantes do Oeste do Paraná. Ela foi a terceira associação comercial e industrial do estado a funcionar em prédio próprio.

A construção deste prédio foi possível graças ao associado Helmuth Roesler, que doou o terreno onde foi instalada a sede. Por isso, o auditório da ACIMACAR leva o seu nome: Auditório Helmuth Roesler. A inauguração da sede aconteceu no dia 25/07/76 e contou com a presença do Governador Jayme Canet Júnior e do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.

Este prédio ainda é o mesmo até hoje. Ampliações já foram feitas e, recentemente, toda a sua estrutura foi reformada, adequando-se ao Projeto de Revitalização do Comércio rondonense.

O crescimento da ACIMACAR foi rápido. Fruto do dinamismo e empenho de todos os diretores no decorrer dos seus 40 anos. Desde 1968, a entidade já foi presidida: de 1968 a 1972: Sr. Harry Pydd; de 1972 a 1974: Sr. Cândido Mariano Persch; de 1974 a 1976: Sr. Guido Port; de 1976 a 1978: Sr. Heitor Danilo Brenner; de 1978 a 1979: Sr. Walmor Nied; de 1979 a 1980: Sr. Dieter Seyboth; de 1980 a 1981: Sr. Elio Winter; de 1981 a 1982: Sr. Walmor Nied; de 1982 a 1983: Sr. Gualberto Batschke; de 1983 a 1984: Sr. Elio Winte; de 1984 a 1985: Sr. Nilton Ricardo Lang; de 1985 a 1986: Sr. Waldoir Dickel; de 1986 a 1987: Sr. Hilário Datsch; de 1987 a 1988: Sr. Alcido Port; de 1988 a 1989: Sr. Itamar Dall'agnol; de 1989 a 1990: Sr. Itamar Dall'agnol; de 1990 a 1991: Sr. Vitor Giacobbo; de 1991 a 1992: Sr. Miguel Fernandes Reichert; de 1992 a 1993: Sr. Roni Lamb; de 1993 a 1994: Sr. Edilson Leismann; de 1994 a 1995: Sr. Nilton Ricardo Lang; de 1995 a 1996: Sr. Roni Lamb; de 1996 a 1997: Sr. Roni Lamb; de 1997 a 1998: Sr. Legário Gilberto Von Mühlen; de 1998 a 1999: Sr. Vitor Giacobbo; de 1999 a 2000: Sr. Jorge Osmarini; de 2000 a 2001: Sr. Jorge Osmarini; de 2001 a 2002: Sra. Ursula Kayser; de 2002 a 2003: Sr. Legário Gilberto Von Mühlen; de 2003 a 2004: Sra. Ursula Kayser; de 2004 a 2006: Sr. Eliseu Rheinheimer; de 2006 a 2008: Sr. Oldemar Rohloff.

Com a alta credibilidade no município e no estado, a ACIMACAR sempre prestou total apoio às ações comunitárias, sem nunca esquecer do seu papel de prestadora de serviços e representante dos interesses dos seus associados.

Com um quadro social de aproximadamente 740 empresas, a ACIMACAR é considerada a maior associação comercial e industrial *per capita* do Paraná. Para cada 61 habitantes do município de Marechal Cândido Rondon há uma empresa associada da ACIMACAR. São empresas dos mais diversos segmentos, que têm em comum o empreendedorismo e a vontade de construir um município cada vez melhor. Graças a ACIMACAR, Marechal Cândido Rondon pode orgulhar-se hoje do seu comércio, indústria, prestação de serviços e agropecuária. A entidade contribui diretamente no desenvolvimento local, gerando empregos e renda para a comunidade.

O modelo de gestão da ACIMACAR garante autonomia para as vice-presidências, que atuam nos segmentos da indústria, comércio, agronegócios, prestação de serviços, núcleos setoriais, turismo e responsabilidade social. Cada vice-presidência desenvolve seus projetos e faz a associação se destacar nas mais diversas áreas.

Além disso, a ACIMACAR oferece os mais variados serviços aos seus associados, dispondo de salas para locação, videoteca, reprografia, serviço de SCPC, Junta Comercial, consultorias, núcleos setoriais, entre outros. Os treinamentos e palestras também estão entre os destaques das atividades desenvolvidas pela entidade.

Agora, ao completar 40 anos de história, a ACIMACAR mais uma vez toma inédita iniciativa, comemorando o seu aniversário de forma marcante. Para marcar os 40 anos da entidade, serão plantadas mais de 40 mil árvores no município. Será plantada uma árvore por habitante de Marechal Cândido Rondon. Trata-se de um feito inédito e que com certeza, merecerá destaque nacional e talvez internacional.

Esta é a ACIMACAR, uma entidade comprometida com o desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon. A ACIMACAR é a verdadeira Casa do Empresário.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 128/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Os Seresteiros de Maringá Cidade Canção, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Seresteiros de Maringá “Cidade Canção”, é uma entidade civil musical e cultural, fundada em 03/03/89, de duração por tempo indeterminado, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede e foro na cidade de Maringá, tem sua sede na Rua Peru, nº 950, no Jardim Alvorada, CEP: 87033-350, já tendo sido declarada de utilidade pública municipal, através da Lei Municipal nº 4.665/98 de 31/08/88.

Suas finalidades são: I - O resgate da Música Popular Brasileira e sua difusão através das serestas; II - Representar seus associados junto aos poderes públicos, reivindicando condições necessárias para o desenvolvimento de suas ações; III - Reivindicar parcerias para viabilizar projetos que visem a divulgação das serestas e IV - estimular o espírito de solidariedade e fraternidade entre os seus componentes.

Os membros de sua diretoria não poderão ser remunerados, conforme consta em certidão registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Maringá.

O relatório de suas atividades, comprova o desenvolvimento de suas ações conforme os estatutos e merece portanto a declaração de utilidade pública estadual. Por essas razões, peço a sua aprovação através do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 130/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - Cristo, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - Cristo, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de prestar assistência ao Egresso Penal, através de terapia ocupacional, oficina de trabalho e cursos profissionalizantes, e também proporcionar assistência ao dependente químico, por meio de tratamento em clínica especializada, reabilitando-o e o reintegrando à vida comunitária, bem como incluindo-o no mercado de trabalho.

A instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 131/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exigido dos candidatos, no processo seletivo para ingresso em cursos de educação superior de instituições de ensino superior no estado do Paraná, conhecimento sobre história, geografia e atualidades do estado do Paraná nas disciplinas de história e geografia.

Parágrafo Único. As questões sobre história e geografia do Paraná deverão representar pelo menos 20% (vinte por cento) em cada área de conhecimento especificado nesta lei.

Art. 2º O disposto nesta lei será aplicado pelas instituições de ensino superior a partir dos exames seletivos para preenchimento de vagas para o ano letivo de 2009.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de exigir que os candidatos, no processo seletivo para ingresso em cursos de educação superior de instituições de ensino superior no estado do Paraná, tenham conhecimento sobre história, geografia e atualidades do estado do Paraná nas disciplinas de história e geografia.

Procuramos, através desta proposição, que todas as instituições de ensino superior do estado, estatais ou particulares, coloquem no processo seletivo matérias que exijam dos postulantes amplo conhecimento sobre o nosso estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 132/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila C, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário da Vila C, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por finalidade desenvolver e unificar ações de promoção humana, social e cultural, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil, setor público e privado, para melhorar a qualidade de vida dos moradores da Vila C Nova, Vila C Velha, Jardim Bela Vista e Jardim Linear.

A instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 129/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17/07/98, que passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art. 1º Fica constituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a região metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguçu,

Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Jandaia do Sul, Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Ourizona. Floraí, Flórida, Lobato e Santa Fé.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/04/08.

(aa) LUIZ NISHIMORI

NEREU MOURA

CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A inclusão dos municípios de Flórida, Lobato e Santa Fé na região metropolitana de Maringá, é uma antiga reivindicação dos seus moradores, cujos municípios possuem as seguintes populações de acordo com a contagem populacional do IBGE - 2007:

Flórida, tem uma população de 2.448 habitantes; Lobato tem uma população de 4.219 habitantes; Santa Fé, com uma população de 9.784 habitantes.

Entre os três municípios temos, portanto, 16.451 habitantes que serão beneficiados.

Esses habitantes se utilizam de todas as vantagens que a cidade sede oferece, como: serviços bancários, cooperativa, comércio, indústria e universitária e até das atividades sociais, culturais e esportivas, dependendo do seu transporte integrado, também.

Até não entendemos a razão pela qual Flórida, Lobato e Santa Fé até hoje não faziam parte da região metropolitana de Maringá.

Desta maneira a cooperação com os municípios de maior densidade populacional, influirá por certo no desenvolvimento econômico daqueles municípios.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nos últimos dias, desta tribuna, já trouxe o alerta para os problemas que estão existindo no porto de Paranaguá relacionados à questão da demora que enfrentam os exportadores para poderem carregar nos navios os seus produtos e fazer o comércio internacional, vender os seus produtos para outros países. Mas eu aqui já havia falado que navios parados são navios que estão custando. E agora dados oficiais começam a chegar, Sr. Presidente, nas nossas mãos, na próxima semana terei uma reunião com o representante do porto, que vai me trazer mais dados para que eu possa aqui falar com dados oficiais nas mãos. Mas o navio parado, para todos vocês terem idéia, custa na base de 30 a R\$ 40 mil por dia. Quem paga? Ou aquela pessoa, aquela pessoa que contratou o navio.

E pasmem senhores, temos hoje na imprensa, e dados que também foram encaminhados a nós de que tem navios que esperam 60 dias para carregar os seus produtos. No período, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de outubro de 2007 a março de 2008, passaram pelo porto de Paranaguá 134 navios. Se você somar o atraso de todos esses navios que aguardaram para encostar no cais para poderem carregar, deu 3 mil 144 dias, vou repetir Deputado Traiano, 3 mil 144 dias. Se fizermos a conta, cada navio parado custa R\$ 30 mil por dia, você multiplica 3 mil. 144 dias vezes 30 mil, dá 94 milhões, é o custo operacional, é o custo que teve nesses navios parados para atracar no porto de Paranaguá.

Para vocês terem uma idéia, teve um navio que esteve para carregar fertilizantes, e também os navios que carregam produtos a granel, que demoraram 63 dias. Vejam, um navio demorou 63 dias, vezes US\$ 30 mil, dá US\$ 1 milhão, 890 mil de custo a esse navio. Veja, se ele veio trazer fertilizantes, insumos para poder fazer a formulação dos fertilizantes para vender para os produtores rurais aqui no estado do Paraná e para outros estados da nossa federação, você imagine o quanto encareceu esses insumos, o quanto encareceu o fertilizante que vai ser usado para produzir a comida que vai à mesa dos brasileiros.

Então, tem alguma coisa errada. O porto de Paranaguá é um dos portos que estão ficando inviabilizados. Por quê? Má administração, mal gerenciamento. Não é possível que o porto de Paranaguá venha a estar escalado como um dos piores portos do mundo, pelo custo operacional que ele tem. E essa questão do navio ficar parado lá fora, sendo que por dia custa R\$ 30 mil. Muitas vezes o navio está parado já um dia, dois dias, uma semana, daqui a pouco chega um outro navio e esse navio vai e consegue atracar, furando a fila.

Meus amigos, imaginem se 60 dias parado dá 1 milhão e 800, imaginem a importância, em valor, que tem quando o navio consegue atracar logo que chega ao porto de Paranaguá.

Com certeza, precisamos nos aprofundar e saber exatamente o que está acontecendo no porto de Paranaguá.

Exportação de soja e exportação de milho. Também os navios ficam parados lá por 60 dias. E pior, tem três navios, ficaram em torno de 60 dias parados para poder carregar o milho e a soja que iriam levar para outros países. Sessenta dias esperando para carregar, sendo que tudo isso que aconteceu no mês de outubro, Deputado Romanelli, no mês de outubro não se produz nada, é entressafra da agricultura, e os navios esperaram para carregar por 60 dias. Repito, um navio parado é US\$ 30 mil por dia, 60 dias é R\$ 1 milhão e 800 mil que está custando a mais.

Com tudo isso, sabemos que quem paga a conta é o consumidor final, que vai ter o encarecimento do adubo, de tudo aquilo que é importado pelo porto de Paranaguá e também exportado. Quem paga a conta, pela má administração do porto de Paranaguá, é o cidadão, o paranaense, o brasileiro.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo a tribuna para falar a respeito do Dia Mundial da Saúde, que acontece na próxima segunda-feira, dia 07 de abril de 2008, cujo tema é o meio ambiente.

Finalmente parece que o mundo está acordando para uma realidade incontestável e o ambiente e a saúde caminham juntos.

Aliás, a grande e esmagadora maioria dos problemas de doenças decorrem de alterações ambientais e não ao contrário.

Estamos convidando os Srs. Deputados para uma grande Audiência Pública segunda-feira, cujo tema será Mudanças Climáticas e Doenças Emergentes.

Como todos sabemos, as doenças ditas emergentes são aquelas que acometem seres humanos e aumentaram nas últimas duas décadas e ameaçam flagrantemente a população humana.

Está aí a hantavirose, ebola, aqui no Paraná a febre amarela, a dengue, que já ceifou 67 vidas no Rio de Janeiro, segundo contabilidade de ontem. Doenças que estavam erradicadas como a tuberculose, a hanseníase, a leishmaniose e que hoje amedrontam o Brasil e o estado do Paraná como um verdadeiro fantasma arrastando correntes por esses 20 milhões de hectares que é o estado do Paraná, e de fato ameaça a saúde pública como uma verdadeira praga.

Pois bem! Um dos maiores especialistas brasileiros sobre mudanças climáticas e doenças emergentes é justamente um paranaense, o professor Francisco Mendonça, da Universidade Federal do Paraná, que aceitou o nosso convite e vai expor, por 30 minutos, aos Deputados e aos demais paranaenses, sobre essas mudanças climáticas e alterações nas doenças.

O segundo painelistas do dia é justamente o nosso Secretário da Saúde, Dr. Gilberto Martin, que vem com a sua equipe, que trabalha com as doenças ressurgentes, emergentes no estado do Paraná. Virá por 30 minutos nos falar a respeito do aumento da incidência de algumas doenças e o surgimento de outras, como é o caso da febre amarela silvestre que já estamos vendo pela primeira vez, depois de 50 anos, ocorrer no estado do Paraná.

Há cinco décadas não existia febre amarela silvestre no Paraná e agora estamos sendo brindados com mais esse flagelo. Assim como as grandes notificações da dengue, a leishmaniose que ameaça atravessar o Paranapanema. Não a leishmaniose que come o nariz, a bochecha ou a ponta da orelha, mas a leishmaniose que dá nos órgãos internos, a chamada leishmaniose visceral, que acomete o fígado, o baço e leva à morte o cidadão em poucos anos.

O terceiro convidado é justamente o Secretário do Meio Ambiente, o Rasca Rodrigues, que vem juntamente com a Força Verde e com a equipe do IAP falar as alterações ambientais.

E a idéia é que façamos um debate para compormos, junto com a Força Verde, a FUNASA, a Vigilância à Saúde, as equipes do meio ambiente e da Universidade Federal do Paraná uma espécie de força tarefa que possa jogar pesado na questão de prevenção às doenças. Ou seja, o que o Paraná poderia fazer neste momento, dando um passo além das doenças, é evitar que elas aconteçam.

Até porque sabemos que uma vez ocorridas, dificilmente as doenças podem ser sanadas. Aquele cidadão que teve a sua vida ceifada, não é apenas uma estatística, ele é um cidadão com nome, sobrenome, profissão, sonhos e esperanças e que está perdendo a vida.

Convido a todos os Parlamentares para que na segunda-feira, dia 07, às 10h no plenarinho, junto com o Dr. Gilberto Martin, o Rasca Rodrigues, o Dr. Francisco Mendonça, o Presidente do IAP, Vitor Burko, o Coronel Comandante da Força Verde, Filardo, mais os companheiros da FUNASA, Vigilância Sanitária, estão convidados. Os Secretários da Saúde municipais, de Meio Ambiente também, possamos fazer essa promoção aqui na Assembléia.

No espaço cultural haverá uma apresentação de insetos, larvas, por dois dias e as escolas do Paraná estão sendo convidadas. Comemoraremos discutindo o Dia Mundial de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Parece que coincidentemente continuaremos no mesmo assunto iniciado, com muita propriedade, pelo Deputado Cheida.

Trago a esta tribuna o registro de uma reportagem, que penso ser muito importante, no que diz respeito ao lixo tecnológico.

Eu sou autor, em conjunto com a Deputada Rosane, de uma proposta do destino final dos resíduos sólidos dos equipamentos eletro-eletrônicos, mais especificamente dos componentes de computador.

Na semana passada, um portal famoso de internet, que trata de meio ambiente e também das questões tecnológica, abordou a preocupação que este Parlamentar já vem de longa data, constantemente, falando nesta Casa.

Lendo alguns tópicos, a reportagem faz menção da preocupação crescente do acúmulo de resíduos tecnológicos que acabam se misturando com o lixo comum e, conseqüentemente, desencadeando danos irreversíveis à natureza.

O título da matéria: “Lixo Tecnológico Ganha Destaque na Semana da Inclusão Digital”, Fala sobre o papel do Comitê da Democratização da Informática, o CDI, em ter promovido essa semana de conscientização. E, em dado momento da matéria, se fala sobre alguns alarmantes, dos quais destaco: “Cerca de 1 milhão de computadores são jogados fora anualmente no Brasil. Parte desses resíduos são reaproveitados, mas muitas dessas peças acabam parando nos lixões. A ONG Green Peace afirma que a cada ano os eletrônicos descartados somam até 50 milhões de toneladas de lixo e faz o comentário: se a quantidade gerada anualmente fosse colocada em contêineres de um trem, seus vagões carregados dariam uma volta ao redor do mundo.

“Quando os eletrônicos são jogados no lixo comum, suas substâncias químicas penetram no solo, podendo entrar em contato com lençóis freáticos. E se isso acontece, substância como mercúrio, arsênio, cobre, chumbo e alumínio contaminam plantas e animais por meio da água. Assim é possível que a ingestão dos alimentos contaminados intoxique os humanos.” Essa observação já foi, com grande maestria, abordada pelo Deputado Cheida.

Continuando: “...as conseqüências vão de simples dores de cabeça e vômito até complicações mais sérias, como o comprometimento do sistema nervoso e surgimento de cânceres.” É o que explicou Antonio Quarita - químico renomado do laboratório de química analítica ambiental da UnB, em entrevista ao portal.

O que é interessante, é que, por iniciativa do grupo de jornalistas que fizeram esta matéria, eles criaram os 10 mandamentos do usuário verde em tecnologia.

Vou apontar esses itens:

Primeiro, a pesquisa: é importante descobrir se o fabricante tem preocupação com o meio ambiente e se recolherá as peças usadas para reciclagem e, depois, com aparelho perder a sua utilidade.

Segundo, o prolongamento: você não precisa trocar de equipamento todos os anos ou comprar um computador com a mesma frequência. Quanto mais eletro-eletrônicos se evitar consumir anualmente, menos lixo tecnológico se gera.

Terceiro, a prática da doação do equipamento depois de usado.

São as três primeiras sugestões para se evitar o crescente acúmulo de lixo tecnológico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje o que me traz a esta tribuna é a homenagem que proponho que esta Casa faça à duas entidades de grande importância de Cascavel: a CACIOPAR, que aniversaria no dia 03 de abril, portanto amanhã, completando seus 32 anos de existência; e a ACIC, que no dia 05 de abril completa os seus 48 anos; fundada em 1960. Na verdade, Cascavel só tinha oito anos.

Quero fazer esta justa homenagem, Deputado Traiano, porque se trata, primeiro, da CACIOPAR que é uma entidade que faz parte da Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, englobando mais de 40 entidades. E por englobar ela funciona, Dobrandino, assim como AMOPE, coordena os trabalhos da nossa região. E a ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cascavel, da qual tive a honra de ser Presidente, hoje também se soma uma grande força de realizações de Cascavel, influenciando na área social, na área política, na organização da cidade e na luta por conquistas de grandes investimentos e geração de empregos. Por isso, como fui Presidente também dessa entidade onde aprendi muito, hoje faço essa homenagem deixando registrado nos Anais desta Casa.

Hoje a ACIC conta com 1.800 sócios e é presidida pelo jovem empresário Valdinei Antonio da Silva, que sucedeu a primeira empresária em 47 anos que assumiu o poder, Suzana Caspzak, que fez um brilhante e extraordinário trabalho na Associação Comercial de Cascavel, entregando esse bastão para esse jovem empresário que está fazendo um grande trabalho.

A direção é grande. Todos os ex-Presidentes são Conselheiros natos. Vou divulgar aqui só a diretoria, até os seus Vice-Presidentes:

Valdinei Antonio da Silva, Presidente; Marcos Teixeira, Vice-Presidente; André Bueno, Vice-Presidente para Assuntos do Comércio; Roberto Kerfer, Vice-Presidente da Indústria; Dilvo Grolli, Vice-Presidente Agropecuário; Carlos Roberto Santos Guedes, Presidente de Prestação de Serviços; Afonso Galdino, Vice das Microempresas; Margarida Domingos Carneiro, Vice-Presidente para Assuntos das Mulheres Executivas; Roberto dos Santos, Vice-Presidente para Assuntos do Jovem Empresário, que faz a inclusão dos jovens empresários e esta inclusão significa preparar os jovens empresários para serem líderes empresariais, líderes políticos e líderes comunitários, para que eles possam exercer e exercitar o aprendizado em busca da liderança que tanto precisamos nos grandes municípios de todo o nosso estado. A formação de novos Líderes é uma bandeira de todos nós, de toda a sociedade, para aqueles que buscam a renovação.

A CACIOPAR, juntamente com ACIC, conquistaram grandes e importantes bandeiras. Eles lutaram por algumas bandeiras que vou relatar aos senhores. A FERROESTE é uma luta de tantos. Mas a ACIC e a

CACIOPAR estavam junto desta luta. A ponte de Guaíra, a UNIOSTE, o Hospital Universitário, a duplicação da BR-467, Cascavel/Toledo, são bandeiras políticas e administrativas dos Prefeitos, Deputados. O Governador Requião levou essa conquista para o oeste do Paraná, mas ACIC e a CACIOPAR estavam sempre juntas levantando esta bandeira de realizações e de conquistas para o nosso oeste do Paraná. A última foi essa grande obra BR-467, uma obra de expressão e que traz para Cascavel, principalmente para Toledo, uma grande integração do desenvolvimento de duas cidades que estão se projetando a cada dia. Tivemos a honra e a alegria de saber que essas entidades se somaram àqueles que têm o poder da determinação da obra, mas eles foram molas propulsoras no sentido de que essa obra fosse conquistada.

Vou concluir: os sem-terra invadiram uma área de Cascavel. Dizer que vou passar para as lideranças, então, Deputado Nelson Justus, este documento da invasão de uma propriedade que está vendendo árvores, madeira, autorizadas pelo IAP, tudo legalizado. Os sem-terra se deram o direito de invadir e proibir tudo isso, o que é uma barbaridade. Passarei para o Líder do Governo depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Professor Luizão, de Pinhais, Deputado Dr. Batista, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Há muito tempo o país conheceu aquele garoto de Garanhuns, que na carroceria de um pau-de-arara saiu do nordeste brasileiro com uma caravana, em busca de esperança, de um amanhã melhor e da concretização de um sonho, que era conseguir um emprego na grande locomotiva do Brasil, que é a Capital de São Paulo. Naquele tempo o povo podia sair de Garanhuns e quase todo mundo conseguia o seu emprego em São Paulo.

Ultimamente está havendo uma inversão do processo de desenvolvimento, de tal maneira que a imprensa tem mostrado que muitos nordestinos, nortistas, que vieram para São Paulo, estão tomando o caminho de volta, porque o nordeste e o norte do país, para muitos segmentos e atividades tem mais emprego do que a própria cidade de São Paulo.

Aquele pau-de-arara de Garanhuns teve seu mérito: foi ser sindicalista, casou, ficou viúvo, conheceu a mulher de um taxista, viúva, que foi ao sindicato tratar de interesses do seu falecido. Acabou namorando, casando, com o garoto de Garanhuns. E esse mesmo garoto se tornou, inegavelmente, um dos maiores líderes sindicalistas do Brasil e, creio até, do planeta Terra.

Quantas guerras maravilhosas o Presidente Lula estava à frente do piquete para impedir até que os trabalhadores e trabalhadoras furassem a greve. Mas olha, era digno, para quem gosta de greve a ação do grevista, do piqueteiro Lula, era uma coisa simplesmente fantástica.

É evidente que o garoto de Garanhuns, por seus méritos, depois de disputar várias eleições, virou Presidente, foi reeleito, e está aí com uma grande popularidade, tem grandes méritos, mas também está “ferrando”. Hoje ele é contra aquilo que ele pregava no passado. Hoje, o Lula é o maior inimigo de greve. E o próprio segmento que o Lula tem que atender como Presidente, ele não está atendendo, que é o funcionalismo público, que são também os aposentados.

Mas, Sr. Presidente, recorro essa trajetória brilhante do pau-de-arara de Garanhuns, seguindo a lição do mestre, o Presidente Lula, para falar desta tribuna do nosso apoio, da nossa solidariedade aos funcionários do Correio do Paraná e também do Brasil, que estão em greve reivindicando reposição salarial. Graças à competência, a essa dedicação e o trabalho que os funcionários desenvolvem com muito amor, o Correio é hoje uma das instituições mais respeitadas pelo povo brasileiro. Têm saído algumas pesquisas que têm apontado que o Correio é uma instituição respeitada, admirada e aplaudida pelo povo brasileiro. É lógico que o coitado do carteiro, de vez em quando, leva um corridão de cachorro. De vez em quando vemos no jornal, ouvimos no rádio e vemos na tevê, o carteiro com a perna mordida, o corpo machucado, enfrenta alguns cachorros na trajetória, na entrega das correspondência nos bairros. O carteiro tem que enfrentar o sol causticante, e é sabido, não precisa ser médico, eu não sou médico, para saber que esse sol causa um mal terrível à pele, é o maior responsável pelo câncer de pele.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

É sabido que no meio dos nossos carteiros brasileiros, tem muito funcionário que contraiu câncer de pele por enfrentar esse sol causticante na entrega de cartas, no dia-a-dia, pelas ruas, pelos bairros, pela cidade de um modo geral.

Então, Presidente, quero lembrar do grevista de ontem, do piqueteiro de ontem, o Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, para pedir aos Deputados do PT que compõem a Bancada desta Casa, são aliados do Lula, são amigos do Presidente Lula, são da intimidade do Presidente Lula, para que apoiem a greve dos Correios. Se fosse antes do Lula ser Presidente, não tenho dúvida que o Luiz Inácio Lula da Silva estaria ali no meio da greve, discursando e falando bonito, porque o Lula falava bonito para apoiar os grevistas.

Então, Presidente, nobres Pares, a nossa solidariedade a todos os carteiros do Brasil e a esperança de que o Presidente Lula, o grevista de ontem, o piqueteiro de ontem, possa conceder a reposição salarial que eles estão reivindicando.

E por último, Presidente, quero abordar também uma outra questão, agora favorável, quem sabe até as intenções do Presidente Lula. Estamos vendo, depois que o Vice-Presidente José Alencar declarou que o país quer o Lula por mais um tempo na presidência do nosso país, ele vendo que o assunto voltou à tona, alguns Parlamentares da Oposição começaram a tecer duras críticas e eventuais intenções do Presidente Lula de ficar na presidência por mais um mandato.

Pessoalmente quero manifestar a crença, creio que o Lula tem vontade de ser Presidente, não por mais um mandato, mas por muitos outros mandatos.

E qual é o teor do nosso pronunciamento, nobres Pares? Vejam bem, o Presidente, o Governador e o Prefeito, no Brasil, tem direito a se candidatar a uma reeleição. Quer dizer, o Governador está no exercício do mandato e quando termina o mandato ele pode se candidatar a mais um mandato. Não quer dizer que vai ficar. O povo vai julgar e vai dizer se ele deve ou não deve continuar no poder. Assim é com o Prefeito, assim é com o Presidente da República.

É lógico que o Executivo, muitas vezes, causa desgaste. O Lula está num momento muito atípico da história, porque o Brasil está vivendo um grande momento, porque o mundo, o planeta Terra está vivendo um grande momento. Mas o que queremos aqui, Sr. Presidente, é estranhar a incoerência, nobre Deputado Tadeu Veneri, de Deputados e Senadores que estão há 40, 50 anos nas poltronas do Congresso Nacional, eles acham que podem ficar 40, 50 anos lá, e que quem é Presidente só pode ser candidato a uma reeleição. Por quê? Ah, porque vai usar a máquina! Ah, se vai usar a máquina, não deveria ter direito a nenhuma reeleição. E se o Presidente estiver mal com a opinião pública, é lógico que ele vai cair em desgraça, é lógico que ele não vai ser reeleito.

Então, fico imaginando que é muito incoerente um Deputado Federal, um Senador que está lá a vida inteira - alguns estão lá e não sabem nem o que estão fazendo lá, já estão cansados de tanto tempo que estão lá - acho que eles não têm este direito. É discutível esta autoridade que eles têm de querer achar que o Presidente só poder ter o direito de disputar uma única reeleição. Então, esta mesma lei deveria valer para o Vereador, para o Deputado Estadual, para o Deputado Federal, para o Senador, para nós também. Ora, se podemos disputar quantas eleições tivermos energia!

Então, estou aqui na tribuna para dizer: não sou eleitor do Presidente Lula, não votei no Presidente Lula e também não estou aqui para me somar àqueles que são adeptos do Lula, porque já tem gente demais apoiando a base do Presidente Lula. Mas estou aqui falando como cidadão. Acho que se o Deputado, o Senador, o Vereador podem disputar quantas eleições quiserem, deveria ser livre, deixa livre! Agora, não! “Ah não, é porque o sistema dos Estados Unidos é uma única reeleição.” Mas que história é esta? Será que temos que copiar tudo aqui que é do americano?

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado. Apenas gostaria de, usando o aparte que V. Exa. me concede, estive na segunda-feira à noite na assembléia dos trabalhadores dos Correios. Estive inclusive para que pudéssemos acompanhar a assembléia. A assembléia deflagrou a greve. A greve que está sendo feita nos Correios não é por reposição salarial, se o senhor me permite, apenas uma lembrança.

Na verdade, houve no ano passado um acordo feito com o Ministro das Telecomunicações e neste acordo um dos itens previa 30% de pagamento a título de periculosidade para os carteiros. Foi pago durante três meses esse percentual e nesse mês de março foi suspenso o pagamento de forma unilateral. Isto fez com que os carteiros, e obviamente todos os servidores dos Correios, funcionários dos Correios, entrassem numa assembléia no Brasil inteiro e a maioria, 20 estados, decidiram pela greve por tempo indeterminado.

Além disto, obviamente, há também, Deputado Belinati, um outro ponto que os trabalhadores dos Correios têm insistido que é a discussão a respeito da participação nos lucros e resultados.

A empresa dos Correios, no ano passado, teve um lucro de R\$ 800 milhões e este ano, ao fazer a PLR, fez com que alguns ou a maioria dos trabalhadores dos Correios recebessem menos de R\$ 600 na participação dos lucros, enquanto alguns Diretores receberam R\$ 44 mil.

Obviamente que isto criou um constrangimento e uma revolta muito grande na base.

A maioria dos trabalhadores ficou com menos de R\$ 650 e alguns Diretores dos Correios chegaram, segundo o Sindicato dos Correios, em nota aberta distribuída ontem à população, chegaram a mais de R\$ 44 mil. Obviamente que isso criou uma revolta muito grande na categoria e fez com que todos os trabalhadores dos Correios fossem aos sindicatos e fizessem greve. Essa greve é tão interessante que ela não tem piquete.

Quando acompanhei e acompanho todas as manifestações dos trabalhadores dos Correios, isso há mais de 10 anos, todas as assembléias, eu estou nelas, estava na assembléia e o Presidente do Sindicato ainda chamou a atenção daqueles trabalhadores que estavam lá: se houvesse a greve, como de fato aconteceu, não haveria piquete, porque não haveria sentido fazer uma greve eles não tiveram que segurar caminhões. No primeiro dia de greve e depois ter que segurar nenhum caminhão porque a greve atingiu 90% dos trabalhadores dos correios.

Espero que esta greve esteja solucionada até o final de semana. Agora, também espero que haja bom senso. Conversamos com a Ministra Dilma Rousseff no sábado, eu, o Deputado Rosinha e mais a direção dos trabalhadores dos Correios, conversamos com o Ministro Paulo Bernardo e colocamos a ele a situação que, obviamente, sempre procuramos mediar, porque não é possível que dentro de uma mesma empresa, alguns ganhem R\$ 40 mil de gratificação, enquanto outros ganham R\$ 650.

Esperamos que esse processo seja rapidamente solucionado, porque esse é um serviço essencial população e eu o parabeno por essa lembrança, por essa mobilização dos trabalhadores dos Correios.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, nobre e brilhante Deputado Tadeu Veneri. É muito claro o que acabou de falar o nobre colega. Uma autoridade enganou os funcionários dos Correios, e é uma autoridade de alta confiança do Presidente Lula: "Olha, vocês vão ter aqui essa vantagem por periculosidade e tal." Moral da história: os funcionários dos Correios foram ludibriados, feitos de palhaços, humilharam os funcionários dos Correios, daí essa greve. Os funcionários querem voltar ao trabalho, eles não querem estar em greve, então basta o Presidente Lula dar um puxão de orelha na autoridade do seu Governo que fez essa tremenda sacanagem, que enganou os funcionários dos Correios e que o Presidente Lula determine que seja pago aquilo que foi combinado! É aquele velho ditado: o que é combinado não é caro e a palavra tem que ser honrada, principalmente de uma autoridade do Governo Federal!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)**O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente.

Subo a tribuna no dia de hoje para cumprimentar o Governo do Estado, em especial o ex-Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que anunciou no site do seu gabinete a criação da Delegacia da Receita Estadual de Foz do Iguaçu. E por que eu quero cumprimentar? Quero cumprimentar porque o Deputado Dobrandino, no final de 2005, acho que já exercia a atividade de Líder do Governo e eu fiz uma indicação pedindo uma unidade autônoma, um estudo para uma unidade autônoma da Secretaria de Estado da Fazenda na cidade de Foz do Iguaçu, Santa Helena, de Curitiba e de Paranaguá. Isso porque essas cidades têm algumas atividades próprias, principalmente na área de importação e exportação. A resposta que foi enviada pelo ex-Chefe da Casa Civil era que a Receita estaria estudando a criação. Vejo, com muita alegria, que o Deputado Dobrandino anunciou essa criação, na tarde de ontem.

Tomo a liberdade, Deputado, até de ler aqui: "Dobrandino anuncia a criação da Delegacia da Receita Estadual em Foz do Iguaçu. O Governador Roberto Requião ligou nessa terça-feira, 1º de abril - tenho certeza que não é por causa do 1º de abril, é verdadeira a

notícia - ao Deputado Dobrandino da Silva e o comunicou da assinatura do Decreto nº 2406, que cria a Delegacia da Receita Estadual de Foz do Iguaçu. Assim que assinou o decreto, o Governador Requião me ligou adiantando a instalação da Delegacia, há muito pedido por empresários de Foz do Iguaçu e microrregiões”, disse Dobrandino.

Então, quero neste momento cumprimentar e não seria diferente, que o Governador teria que fazer, Deputado Dobrandino. Ele realmente tinha que ligar para o senhor, o senhor é da base de apoio, é quem defende, quando fiz essa solicitação, também, não fiz só em meu nome, também fiz em nome dos empresários da região de uma maneira técnica.

Pode ter certeza que me somo a V. Exa. na alegria da criação e dizer que essa Delegacia não é simplesmente para agilizar a fiscalização, mas principalmente para agilizar alguns serviços especiais que só se processam em Foz do Iguaçu e algumas outras regiões específicas. Espero que essa atitude do Governo com relação à Foz do Iguaçu não diminua o compromisso que foi firmado com alguns Deputados também da base governista, em especial o Deputado Alexandre Curi, que estava aqui presente. Tenho certeza que em alguns dias ele anuncia a reabertura da Delegacia de União da Vitória. Deputado Nereu Moura e Deputado Caíto Quintana, do sudoeste, tenho certeza que daqui uns dias serão comunicados da reabertura da Delegacia de Pato Branco, porque nós defendemos, Deputado Dobrandino, a região oeste, mas esses Deputados defendem as suas regiões também. Assim como o argumento de V. Exa. quer levar uma melhoria na qualidade de serviço da Secretaria da Fazenda para essa nossa região, esses Deputados da base governista também têm que levar para os seus eleitores e, principalmente, para os contribuintes do sul e do sudoeste do Paraná, essa boa notícia da reabertura.

Continuo, Deputado Zucchini, empenhado na luta do sudoeste, do sul, porque é um direito dos contribuintes, assim como é um direito do oeste do Paraná terem um serviço acessível da Receita Estadual. Não é só fiscalizar e arrecadar, mas também devolver o serviço, motivo pelo qual quero cumprimentar, Deputado Dobrandino, pelo anúncio e cumprimentar mais ainda o Governo pela atitude que atendeu essa indicação, realizou os estudos. Isso é de iniciativa do Executivo, independente da cor partidária.

Parabéns e com certeza essa Delegacia vai ajudar o desenvolvimento da nossa região.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora sim, no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por 15 minutos.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Plauto.

Também me volto para o litoral, Paranaguá.

A situação, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi um dos grandes Secretários de Transportes e foi responsável pelo porto de Paranaguá. Conversei com algumas pessoas do porto, Deputado Plauto, pessoas que conhecem o porto. O porto de Paranaguá, sei que certamente os Deputados do Governo não vão concordar, mas a iminência de um desastre no porto de Paranaguá, hoje, é de 50%. Quer dizer, de 1 a 10, é 5. Isso falado por um prático, que dizem, a praticagem. A praticagem são aqueles senhores que vão ao alto-mar buscar o navio, porque para entrar no porto precisa ser prático, não é aquele que está no navio.

Mas tem alguns números, Deputado Plauto, que demonstram a incompetência com que está sendo dirigido, com o que está acontecendo e a maneira cega como está sendo dirigido o porto.

Até disse a esse informante que quero crer que o Governador esteja sendo enganado pelo seu irmão. Essa é uma dedução de quem está conhecendo, e não sou um expert em porto. Mas para quem conhece parte dos problemas do porto de Paranaguá, há de achar uma justificativa. E a justificativa é que acredito. Não posso acreditar que o Governador do Paraná saiba da gravidade do porto e fique falando que o porto é uma maravilha.

Ou o Governador está agindo de má-fé, que não acredito, ou ele está sendo enganado pelo seu irmão. Aí é que faz mal o nepotismo, porque certamente se fosse outro, seria executado na forma da lei.

Veja lá, Deputado Plauto, e os Deputados que merecem atenção aqui no meu pronunciamento, porque o porto é um dos principais setores da nossa economia.

Vou contar aqui um caso. Na semana passada, está nos relatórios, navios não puderam atracar no berço 9 e no berço 2. O que é não poder atracar? Trocando em miúdos, sendo didático, é não ter calagem. E o grande problema do porto, hoje, V. Exa. falou muito bem aqui, Deputado Plauto, até parece que combinamos o discurso, mas nos preparamos para a mesma causa.

Um navio de soja, que vem carregar soja em Paranaguá, chega a ficar mais de um mês em alto-mar esperando para atracar no porto. Sabe por quê? Falta cais. Pergunto para os senhores: quem não lembra da grande festa que foi feita quando o Governador anunciou a construção do cais oeste? Temos na mente o cais oeste. Sabem como é que está a obra do cais oeste, quantos por cento? Zero! Não existe cais oeste.

O Governo age com aquela velha máxima: “O povo tem memória curta. Nós lançamos o cais oeste e daqui três, quatro anos ninguém mais lembra.

É isso que está acontecendo. Na semana passada, no berço 2 e no berço 9, não atracaram com navios porque não tinha calado.

Outro problema que enfrenta o porto. O custo de um navio de soja atracado em alto-mar por 30 dias. Por dia, US\$ 60 mil. De 40 a US\$ 60 mil.

Quer dizer, se um navio fica na fila, lá fora, 30 dias, quanto dá isso em dólares? De quem é cobrado isso? Vou especificar aqui uma situação que eu vivo.

Sou um pequeno exportador. Como não consigo com a minha mercadoria carregar um navio, fazemos um pool e alugamos um navio. Quando vamos firmar um contrato para alugar o navio, para levar a nossa mercadoria ou para os Estados Unidos ou para a Europa, a primeira coisa que dizem para nós: “Nós fazemos o contrato, o nosso frete é tanto.”

Em São Francisco é X, em Itajaí é X, mas se for o porto de Paranaguá é X mais um pouco. Por que X mais um pouco? Porque existem graves problemas no porto de Paranaguá e que o Governador certamente está sendo mal informado.

Primeiro, não é possível que um navio permaneça 30 dias para carregar soja, porque o custo diário disso - e estou falando de US\$ 40 a 60 mil, sai de quem? Vai sair do produtor, porque o dono do navio que está lá em alto-mar ele não vai pagar, ele vai cobrar de quem? Do produtor, de quem está exportando. Aí o que acontece? Além dessa demora em alto-mar dos navios, com a falta de berço - lugar para os navios atracarem - aí na semana passada faltou calagem. Sabe por que falta calagem? Porque o Governo vem desde o início do seu Governo, e esse Governo já governa há cinco anos e quatro meses, e não consegue dragar o porto de Paranaguá, o tal famoso Canal da Galheta, não consegue.

Outro dia eles lançaram um primor de idéia: “Vamos comprar uma draga”. Até eles comprarem uma draga o porto já fechou. E o pior, quero que fique registrado isso aqui, gostaria que ficasse registrado, Deputado Luiz Carlos Martins, se acontecer um acidente no porto de Paranaguá não é por falta de alerta. Quero alertar aqui ao Líder do Governo, nós estamos calados, mas há mais de 60 dias agindo dentro da lei. Por que o acontece? Nós quisemos buscar informações de toda essa grave situação através dos órgãos competentes. Não recebemos as informações, fomos para a Justiça. Agora, a Justiça está exigindo lá em Paranaguá que os responsáveis prestem as informações. E agora o bicho começou a pegar.

O que eu temo, e a possibilidade é grande, é de um desastre. Vamos imaginar aqui que um navio encalhe no Canal da Galheta - sabe qual é internacionalmente a largura de um canal para que o navio entre no porto? Trezentos metros de largura. Sabe qual é a largura do Canal da Galheta? Duzentos metros.

Ao longo da história o porto de Paranaguá sempre trabalhou com os 200 metros. Sabe quanto está hoje a largura do Canal da Galheta? Só que o Canal da Galheta, o Canal da Galheta tinha há seis anos atrás 200 metros de largura, 42 pés de profundidade, e era retilíneo. Hoje, o Canal da Galheta não tem 200 metros, tem 115; e o

calado está cada dia mais, diminuindo. Por essa questão, só quero aqui dizer o seguinte: imaginem a largura de um navio é aproximadamente 45 metros, você imagina em linha reta no mar, na baía, entrando no porto um navio de 45 metros num canal de 200 metros. Hoje está entrando num canal de 115 metros, com calado menor, com um risco muito grande de encalhar esse navio. Se encalhar o navio, Pastor Praczyk, sabe o que acontece? Primeiro, é um milagre desencalhar. O que pode acontecer? Se está chegando um navio de petróleo, por exemplo, encalha o navio no Canal da Galheta, porque há cinco anos não é dragado, encalha o navio, o que vai acontecer? Esse navio se parte ao meio, derrama todo esse petróleo na baía de Paranaguá, e quem é o responsável por isso? É uma obrigação do Parlamento paranaense prestar atenção nessa questão.

Tenho alguns números aqui que são importantíssimos em cima de um estudo que fiz: cada 33 cm dá um pé, entendeu, cada 33 cm dá um pé; cada pé que diminui o calado do porto, o navio tem que carregar 2 mil toneladas a menos, 2 mil toneladas a menos por navio, por falta de calado. Cada pé, cada 33 cm, são 66 carretas de soja.

Aí está o custo Paraná. Aí está o custo incompetência. Aí está o custo do ceguismo que tomou conta do Governo. Tem mais um assunto muito grave. Deputado Plauto, lembra, alguns meses atrás, de uma tal de inauguração do terminal alcooleiro. Lembram da inauguração? Sabem o que está acontecendo com esse terminal, construído pelo porto de Paranaguá a custo de ouro? Nunca funcionou. Sabem por quê? O terminal de álcool inaugurado pelo Governador Roberto Requião não tem como ser usado se não fizer uma reforma nele para que possa funcionar.

Isto não é um absurdo? Como se faz um projeto do terminal alcooleiro e não se usa esse terminal? Por que não usam? Porque houve erro de construção. E digo mais, tenho aqui uma informação que não posso comprová-la, ninguém quer assumir o terminal até readequá-lo ao que é necessário. Que fique marcada esta data. Não fiz esse discurso ontem porque era 1º de abril e muitos Parlamentares iriam dizer que estou exagerando. Quero marcar esta data, 2 de abril de 2008, às 15h45, estamos anunciando aqui: o Governador tem que tomar providências no porto de Paranaguá.

O setor econômico do Paraná já está pagando caro por isso, porque o navio que fica em alto-mar por não ter berço para atracar, quem está pagando é o agricultor lá de Cascavel, Deputado Edgar Bueno.

O navio de grande porte que não está conseguindo entrar no porto de Paranaguá porque não tem mais calado - faz cinco anos que não se faz a dragagem - quem está pagando esse custo é o setor econômico, o setor produtivo. Sai da economia paranaense. Não sei qual é a saída! Se falássemos do meu setor, certamente teria experiência profunda. Mas estamos falando do porto de Paranaguá. E qual é a dificuldade? Ninguém tem coragem de falar publicamente o que estou falando aqui.

A dificuldade é de informação. Por isso, aproveito a tribuna desta Casa, que é livre, democrática, para fazer um alerta. O setor econômico já está pagando o custo da incompetência. A incompetência está instalada. Temos o melhor porto do Brasil, mas com uma boa administração - fui dar a posse, Deputado Plauto, ao novo Diretório do PSDB há 15 dias, eles têm saudades do Dr. Ozires Guimarães. E quero dizer o seguinte: até acho que ele não é muito simpático, nunca troquei uma conversa, mas Paranaguá tem saudades.

Agora, o problema está dentro da casa do Governador. Ou ele determina ao seu irmão que pegue férias e nomeia uma pessoa para resolver esses problemas ou ele demite o seu irmão - é muita pretensão minha - mas o que não pode é a economia do Paraná, o setor produtivo pagar esse alto custo.

Dou aparte ao Deputado Romanelli e, como é que se constrói um terminal alcooleiro, se inaugura com foguetes e festa e não funciona? Sabe por que não funciona? Como foi construído não vai funcionar e isso é afirmação de pessoas representativas de dentro do porto que temem falar. Mas, temos a obrigação de alertar.

Deputado Romanelli, quero ouvir a sua posição porque certamente temos obrigação de dar essa contribuição ao povo paranaense porque o porto não tem dono. Não é uma propriedade particular, é público, é para a economia deste estado se desenvolver. Quero dizer a V. Exa., experiência própria, tenho firmado contratos com navios que exportam o meu produto através de Itajaí e São Francisco. E não sou masoquista, não quero andar 200 quilômetros a mais com a mercadoria em cima dos caminhões porque me custa. Gostaria de ir no porto de Paranaguá porque lá sempre tive a oportunidade que com os caminhões que transportam a minha mercadoria, eu tinha retorno. Com o retorno o custo diminuía.

Então, me compreenda Deputado Romanelli, sei que as críticas são duras, mas gostaria de fazer da forma mais elegante que V. Exa. merece.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer a V. Exa. o seguinte: primeiro, não dá para comparar os portos de Itajaí e São Francisco do Sul que não tem nem calado. Na realidade, é um porto com absoluta restrição em termos de capacidade de carga de navios.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas eu nem estou comparando.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Sei que V. Exa. é um empresário competente. Quero dizer o seguinte: primeiro, entendo que há um movimento de reação a um determinado tipo de gestão que o Superintendente Eduardo Requião promove no porto de Paranaguá. Talvez devesse ele promover uma discussão mais ampla com os segmentos.

Vou dar esse exemplo do navio que o senhor diz que está a 30 dias parado. O que esse navio é? Um navio de fertilizantes, contratado pelo setor privado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não é só um navio, Deputado. São vários.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Calma. O contrato não têm área de armazenagem do setor privado. Não é a parte pública. São negócios feitos entre privados, Deputado Valdir Rossoni. O contrato dizia isso inclusive.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acho que V. Exa. poderia usar o Horário da Liderança. Gostaria sinceramente de dar um aparte ao Deputado Plauto. Quero dizer a V. Exa. que a informação que V. Exa. recebe não é verídica. Não é só de fertilizante. Tem lá navios hoje aguardando para carregar soja no porto. Enquanto demora o navio para entrar, o cargueiro de soja, enquanto isso a fila aumenta. Falta o cais oeste prometido, falta berço. Por esta razão, gostaria que V. Exa. me respondesse: por que inauguraram o terminal alcooleiro e não colocaram para funcionar? Segundo, não é apenas no navio de fertilizantes, não é verdade. Há vários navios, tem de fertilizantes, carregamento de soja e de carregamento de todos os produtos, porque não conseguem entrar no porto, porque há o excesso. Por que o excesso? Porque não tem calado, o Canal da Galheta não é dragado, não há berço, não foi construído, o cais oeste, anunciado pelo Governador de V. Exa.

Por esta razão, Deputado Romanelli, à questão do porto, temos que levar uma semana de debates. V. Exa. usa o horário da Liderança do Governo e uso o horário da Liderança da Oposição. O Deputado Plauto também poderá fazer uso, porque está se aprofundando desse caso. Deputado Romanelli, o Deputado Luiz Carlos também usará o horário da liderança. Queira Deus que eu esteja equivocado, mas o custo pela incompetência do porto, já estamos pagando, os produtores agrícolas e o setor produtivo. Disso não temos dúvida, porque se há uma parte doída do corpo humano é o bolso e se sente na hora. Sei que estou pagando isso.

Não vou para Itajaí com o meu produto ou para São Francisco porque lá os portos são melhores. Sei que o porto de Paranaguá é melhor quando tem uma boa administração. Quando ele é inoperante fica um monte de navios aguardando 30 dias para entrar no Canal de Galheta e para atracar no berço. É claro que tem um custo e nós não queremos pagar esse custo.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, Deputado Rossoni, trazendo os reais problemas que vemos e que sabemos. Porque conforme vemos no nosso estado, periodicamente, segmentos que exportam reclamam do

porto de Paranaguá. Empresários chegam até nossa pessoa, que estamos no exercício do mandato, e com certeza a outros Parlamentares, reclamando do porto de Paranaguá, que tem um custo elevado, é um dos piores portos do nosso planeta. Isso quem falou foi à Senadora Kátia Abreu, com dados da Marinha Mercante, que ela buscou junto ao Ministério. Trouxe ao Senado Federal um pronunciamento mostrando esses problemas que o senhor hoje está trazendo à tona.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Que foi desmentida pelo Ministro dos portos, inclusive.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Para concluir, Deputado Rossoni, tudo isso quem paga é o povo, no momento em que o adubo chega com o custo mais alto, o produtor e o consumidor pagam.

Enfim, é o paranaense e o brasileiro que estão pagando esse custo da incompetência do porto de Paranaguá.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o seu aparte.

Quando a Senadora Kátia Abreu falou, eu disse: mas quem é essa Senadora para meter o bedelho aqui no Paraná? É o meu jeito de falar. Agora, estou verificando que ela estava coberta de razão. A Senadora é do Tocantins. Mas, há estados que estão pagando esses custos também, porque exportam por Paranaguá.

Quero encerrar o meu pronunciamento com um fato. Quem não lembra, Deputados - vamos recordar aqui. Lembram da CPI do Porto, quando começamos a nos aprofundar, o que aconteceu? Éramos a maioria e de repente sumiu a maioria, Deputado Plauto, perdemos um que era o nosso ajudante. Ganhamos tudo e sepultaram a CPI. Lembram de uma visita que fizemos ao porto, ao silão, onde encontramos uma centena de pombos mortos em cima dos correioes? Lembram daquela foto? Lembram dos banheiros que encontramos? Lembram da cozinha que encontramos?

Quero dizer o seguinte: recebi a informação agora que tem um terminal vertical, tem um silo vertical, um silo denominado vertical, e a pessoa diz: "Pode ir lá ver." Tem que funcionar por causa da fuligem, o pó do soja tem que ter um filtro, porque com o calor ele pode até explodir, como explodiu há anos atrás, em governos anteriores, se não me falha a memória foi o Governo Jaime Lerner. Esse filtro não está funcionando e corre o sério risco de acontecer esse mesmo desastre. E aí, fora do que eu poderia falar aqui das cartas náuticas, de todas as informações, não tenham dúvidas, o alerta está feito, a incompetência está instalada no porto de Paranaguá. Resolva, Governador Requião, porque já que não começou o cais oeste, prometido, pelo menos coloque uma administração competente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, por 15 minutos, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje porque ontem não vim a esta Assembléia. É do conhecimento de todos o que ocorreu no domingo, em Ortigueira, e estivemos ontem na parte da manhã e aí, após, estava em Ortigueira, fomos para Tamarana, acompanhando o enterro de um trabalhador rural sem-terra, que na verdade não era um trabalhador rural sem-terra porque já era um assentado, mas fazia parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Eli, que foi morto no domingo, por volta das 19h. E o que nos chamou a atenção é que foi, na verdade, uma execução. O Eli estava já há algum tempo sendo ameaçado, assim como o Damasceno, que é da região também e também está sendo ameaçado, assim como o Célio, da região de Cascavel que também está sendo ameaçado.

Mas, infelizmente, o que aconteceu com o Eli parece-me que é mais grave porque o Eli já vinha há bastante tempo trabalhando em uma terra que era sua, tinha quatro, cinco vacas de leite, trabalhava. São pessoas bastante empobrecidas, principalmente daquela região, até porque quem conhece sabe que a região de Ortigueira tem um solo, na sua maioria, bastante difícil de ser cultivado. E a Polícia faria na segunda-feira uma operação em toda a região, a Polícia Militar já estava, assim como a Polícia Civil, determinada a fazer uma série de prisões, pois havia mandados de prisão a serem cumpridos já determinados pela Secretaria de Segurança Pública.

E para a nossa surpresa, no domingo, por volta das 19h30, o Eli havia passado, quem conhece ali o assentamento onde ele morava, são várias casas próximas, e ele havia passado em algumas casas, ordenhou as vacas ali e veio para dentro de casa. Uma casa muito pequena, uma casa que talvez tenha o tamanho que tem aqui o espaço usado pela Mesa Diretora da Assembléia. A sua mulher estava sentada em uma cadeira de madeira - estive lá junto com outras pessoas na manhã de ontem - seus dois filhos menores, de 11 e 8 anos estavam em um quarto. O filho maior, que é o Kendi, não estava em casa.

Então, ele terminou de fazer esse trabalho que aqui relatei, entrou em casa e foi fazer chimarrão. Enquanto fazia o chimarrão, dois homens entraram, encapuzados, na sua casa e falaram que era um assalto. E aí, obviamente, a sua esposa, a sua mulher que estava sentada e, ao levantar para chamar o Eli, quando o Eli virou, já levou um tiro no ombro e um tiro no joelho. E por ser uma casa pequena, ele deu mais dois passos e caiu. E quando caiu, os pistoleiros vieram para cima dele, a mulher dele pediu que parassem com aquilo, ao contrário, eles falaram que era para ela ir ao quarto senão ela seria morta também. E praticamente encostaram o cano do revólver na cabeça do

Eli, porque inclusive o cabelo dele ficou com marca de pólvora, foi queimado pela pólvora, levou um tiro lateral e um tiro frontal. E logo em seguida essas duas pessoas que o executaram saíram dali. Os demais moradores não ouviram o barulho de carro, não ouviram nada, é uma região que fica distante uns 15, talvez um pouco mais, 20 quilômetros do asfalto, e então é uma região de acesso precário, as rodovias são precárias. Ficamos ontem a manhã toda lá, depois fomos até Tamarana acompanhar o enterro, mas acho que a Polícia Militar, de forma correta, e aqui vale o reconhecimento ao trabalho, inclusive, desenvolvido pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná que esteve na manhã de segunda-feira já acompanhando os fatos, e hoje temos cinco pessoas presas, dois deles que estão sendo acusados de executores do crime - nas suas casas foram encontrados capuzes, armas, enfim, alguns elementos que podem incriminá-los.

Um fazendeiro que era dono de uma área próxima onde havia sido feito, há tempos atrás, uma ocupação - esse fazendeiro foi preso também. Essa fazenda era a Fazenda Copramil. A Fazenda Copramil foi ocupada já há algum tempo e foi no dia 8 de março, os pistoleiros retiraram as pessoas que estavam na fazenda, cerca de 30 famílias, queimaram seus pertences e dia 8 de março agora, menos de um mês atrás, e o Eli foi acusado pelos pistoleiros de ser um dos coordenadores daquele acampamento.

Ontem, após o enterro do Eli, aquele número de pessoas que estava lá voltando para Ortigueira, novamente ocuparam essa fazenda. Há uma discussão sobre de quem é de fato essa fazenda, são cerca de 150 alqueires, mas o que me parece lamentável e hoje temos, tivemos a prisão ontem inclusive do proprietário da fazenda, ou que se diz o proprietário da fazenda, depois mais cinco pessoas que estiveram também envolvidas estão presas em Cornélio Procópio e Ortigueira.

O que me parece lamentável é que estamos tendo um segundo caso em menos de 120 dias. É claro que temos posições diferentes e diversas aqui dentro e é natural que seja assim, mas em absoluto ninguém defende que acho que, em sã consciência, nem poderíamos fazê-lo, que tenhamos este tipo de acontecimento em nosso estado, como se fosse corriqueiro.

Então, o que eu vi ontem dentro da casa do Eli é uma situação de tragédia. Um ser humano ser colocado deitado no chão e dois tiros na sua cabeça, ser executado. Uma pessoa com 42 anos. O Eli tinha vindo de Capanema, residia em Capanema, nos anos 80 integrou-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, é de uma geração de dirigentes do MST e o que me preocupa mais, Srs. Deputados, é que temos hoje uma lista correndo de pessoas que estão, de alguma forma, sendo colocadas nessa lista como aqueles que irão morrer por conta do seu envolvimento com o MST e das suas convicções. E obviamente que podemos divergir muito sobre métodos, sobre a forma, sobre a reforma agrária, sobre se é ou não correto este ou aquele procedimento, mas em absoluto ninguém teria a insanidade de defender atos de pistoleiros que entram na sua casa e executam pessoas.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Primeiro quero lamentar, porque realmente a nenhum título alguém pode ser morto, ainda mais por um conflito de posse de terras. Lamento pela família, lamento pelo ser humano que faleceu. Apenas acho que isto tem que acabar, este conflito que existe, não só no Paraná, mas no Brasil, agrário, aonde num país democrático, que tem leis e que até o Governo, teoricamente, é comprometido com esse assunto, ainda existam movimentos como o MST e a Via Campesina, fazendo invasões. Isto não faz sentido. Se quisessem fazer uma reforma agrária, filho de agricultor, não para quem não tem terra, porque eu também não tenho terra, haveria dinheiro à vontade para isto. A questão é que não é priorizado este assunto e ficam invadindo propriedades num estado como o Paraná, que é o melhor estado do Brasil em termos de distribuição de terras, aonde existe ainda o pequeno, o micro e o médio produtor.

Acho que a Via Campesina e o MST enganam pessoas humildes que precisam de ajuda e os colocam nesses movimentos, financiados pelo Poder Público, o que é pior. O Poder Público dá dinheiro para ONGs, para OSCIPs, para a Via Campesina, para o MST, paga salários para eles invadirem terras. Isso é o fim do mundo e acho que é isso que gera esse problema que, infelizmente, culminou na morte dessa pessoa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado. Como já falei aqui, temos posições diferentes, é normal, é natural e é do regime democrático. Assim como o senhor falou, eu também reforço que, por mais diferentes que sejam nossas posições, não é admissível que as pessoas sejam assassinadas dentro de casa pelas suas convicções.

Se fosse um assalto, já seria lamentável, se fosse a violência urbana, já seria lamentável, como aliás tem que ser condenado. Agora, as pessoas serem listadas, como eu falei aqui, como hoje há o Damasceno que é um Líder do Movimento Rural Sem-Terra, independente de concordamos ou não com sua prática, com seu método, com os movimentos aos quais ele se vincula, é de conhecimento de todos, temos defendido o MST, defendido a Via Campesina, porque é a nossa convicção que estes movimentos colocaram na ordem do dia, colocaram na pauta nacional, a reforma agrária. Agora, independente de pensarmos assim ou de outra forma, nenhum de nós pode, obviamente, concordar com este tipo de método. Me chama atenção existir a lista, existirem pistoleiros que hoje, por 50 ou R\$ 100 - foi mais ou menos isso que nos falaram na região de Ortigueira - se dispõem a executar as pessoas, desde que lhe seja determinado.

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Veneri, sabemos e conhecemos o Movimento e sabemos que este Movimento, bem orientado, pode ser bom para essa camada da sociedade que está excluída do acesso à terra, do acesso à produção, para poder criar com dignidade a sua família.

V. Exa. fala muito bem quando condena a agressão, as mortes, quando condena listas de pessoas que poderão ser executadas. Eu, como tive sempre uma participação muito ativa com referência a acampamentos de Cascavel, sempre participei muito levando Saúde, levando Educação, levando professores, material de Educação, levando sementes para eles pagarem na safra - eu não digo que tenho autoridade, mas tenho crédito para dizer o que vou dizer agora: tivemos ontem em Cascavel uma invasão nova, uma invasão diferente. Tem uma empresa lá em Cascavel que está a 10 quilômetros do centro de Cascavel, que tem autorização do IBAMA e do IAP para extrair madeira, inclusive a metragem e tudo. O que aconteceu? Os sem-terra, ontem, invadiram essa área, prenderam os caminhões e confinaram os trabalhadores que estavam extraindo aquelas madeiras! Isto é uma agressão contra o proprietário, isto é uma agressão contra uma autorização de pessoas qualificadas, de entidades qualificadas, como o IAP e IBAMA.

Então, meu conselho aqui é: temos que moderar os dois lados. Não podemos cometer abuso, nem de um lado e nem do outro, porque essa violência está acontecendo porque alguém está abusando!

Fica aqui o meu conselho a V. Exa., que defende muito bem esses movimentos, para que possa moderar do outro lado mais abusos, mais violência e mais pessoas sendo assassinadas e executadas no estado do Paraná.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de fazer, lembrando mais uma vez e quero ressaltar aqui que a Polícia Militar e a Polícia Civil estiveram na segunda-feira presentes de imediato no local e tomaram todas as providências possíveis naquele momento. Sabemos que crimes como esse vão demorar muito tempo para serem julgados, infelizmente há todo um procedimento e talvez as pessoas não venham nem a ser julgadas em tempo hábil para que possamos ver, de fato, a justiça acontecer.

O que mais me chama atenção e é o motivo principal de usar esta tribuna no dia de hoje, não podemos conviver no estado do Paraná, independente das outras ponderações colocadas aqui, com listas de pessoas que, num determinado momento, serão assassinadas. Acho que o estado de direito podemos questionar a forma como é feito esse ou aquele Movimento, esta ou aquela ocupação. Há diversos entendimentos diferenciados. Temos o entendimento que a terra é um bem que não é propriedade exclusiva de uma única pessoa, de uma única empresa. A propriedade tem que cumprir o seu papel

social e, muitas vezes não o faz. Quem estiver na região de Ortigueira vai ver grandes propriedades que estão simplesmente cercadas, mas não produzem absolutamente nada. E assim se faz no Brasil inteiro. Se concluirmos que é legítimo e que é lícito que as listas corram, que as pessoas sejam assassinadas e que não nos indignemos com isso, acho que estamos definitivamente caminhando para a barbárie. A barbárie não trará resultado a nenhum de nós, estamos de qualquer lado que estivermos.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Horário das Lideranças, Democratas. Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

***Liderança do Partido Democratas:
Deputado Elio Rusch*****O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ouvia o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri e lógico que veio à minha memória, quando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná criou a CPI da Reforma Agrária, da qual eu tive o prazer de ser o seu Presidente e o Deputado Bradock o seu Relator.

Visitamos *in loco* invasões, assentamentos, acampamentos e podemos constatar pessoalmente, Deputado Nelson Justus, aquilo que acontece no Movimento dos Sem-Terra. Desde o início dos trabalhos solicitamos um representante do Ministério Público para que acompanhasse todo o nosso trabalho. Não só nas oitivas, mas que acompanhasse também as visitas que fizemos no interior do estado do Paraná. Constatamos, naquela ocasião, que o trabalhador rural que participa do Movimento, aquele que foi assentado, que recebeu um pedaço de terra, que tem vocação para a agricultura, que tem vocação com a terra, está indo bem. Mas, aquele que não tem vocação, que não entende de terra e que recebeu um pedaço de terra, ele está indo muito mal, ou foi muito mal.

Chegou o Deputado Bradock, num dos assentamentos, a puxar a sua carteira e dar recursos à uma família assentada, porque não tinha sequer um pé de mandioca, não tinha sequer uma verdura, não tinha sequer um animal no seu pedaço de terra que tinha recebido. Esse assentamento já tinha seis anos.

O que estou dizendo hoje, Srs. Deputados, lamento profundamente a morte daquele trabalhador rural. Somos contra a violência. Queremos que todos os movimentos, as greves que existem, devem ser pacíficas.

Mas vamos fazer uma reflexão cá conosco, Srs. Deputados. Existe uma agressão maior do que invadir uma propriedade produtiva? É a pergunta que faço aos Srs. Deputados e às pessoas que estão assistindo agora: existe uma agressão maior do que invadir uma propriedade daquele que produz, independente se essa propriedade é grande ou é pequena?

O que defendemos na CPI e o que defendemos como pessoa, como cidadão e como Deputado, e acredito que todos os Parlamentares da Assembléia? Defendemos a reforma agrária, mas uma reforma agrária dentro da legalidade dentro da lei.

Vamos esquecer um pouco dessa morte que houve, que lamentamos. Quero deixar registrado: somos contra a violência.

O que o Governo teria que fazer? Em primeiro lugar: através dos seus órgãos. No Paraná não tem terras devolutas. No Paraná o que existe, no Brasil, com toda certeza, os grandes proprietários colocam a sua terra para venda. E essa terra pode ser usada para reforma agrária, independente de quem seja o proprietário.

Nós na CPI e no relatório final deixamos algumas sugestões para o Governo Estadual, para o Federal, levamos esse relatório para o Ministério da Agricultura, para o Ministério da Reforma Agrária, para o INCRA, para a Procuradoria Geral da República, levamos ao Senado para a Comissão da Agricultura, para a Câmara Federal, participamos de algumas reuniões.

O Paraná e a Assembléia foram parabenizados pelo trabalho que aconteceu naquela época.

Srs. Deputados, não me interpretem como uma pessoa que não quer reforma agrária. Quero a reforma agrária, sim, mas dentro da legalidade.

Sou contra a invasão. E ainda mais, como disse o Deputado Edgar Bueno, o que aconteceu na nossa região oeste do Paraná, com a Fazenda Syngenta. Já falamos inúmeras vezes, independente de empresa multinacional, empresa nacional, mas o Paraná, o Brasil, não pode fechar a sua porta diante da pesquisa.

Precisamos da tecnologia, precisamos da ciência, precisamos da pesquisa. Independente se essa pesquisa é pública ou privada. Temos no Governo Federal a EMBRAPA, temos no Governo Estadual o IAPAR, temos através das cooperativas, através do Paraná e do Brasil o seu centro de pesquisa. Temos através das empresas que comercializam a produção agrícola o seu corpo técnico e o seu campo de pesquisa.

Aliás, por falar em campo de pesquisa, recentemente estivemos na cidade de Cascavel, no show rural que surgiu num dia de campo da COOPAVEL e hoje é uma referência em tecnologia para a agricultura, não do Brasil, mas para as Américas.

E o que aconteceu com o campo de pesquisa? Já disse uma vez na Syngenta: 123 hectares de terras, dos quais 70 hectares de preservação permanente. Apenas 50 hectares eram usados para pesquisa, e esses 50 hectares empregavam 50 famílias, que trabalhavam em 50 hectares de terra. E o MST, a Via Campesina, movimentos sociais, com que objetivo foram invadir aquele campo de pesquisa na Fazenda Syngenta no município de Santa Tereza? Fazer reforma agrária? Cinquenta hectares no máximo você vai assentar cinco famílias. Vamos falar do lado social? Lado social, 50 famílias estavam empregadas. Então, temos que ser coerentes nos nossos atos. No

Governo passado, Deputado Rossoni e Deputado Romaneli, tinha um decreto do Governo Federal, e me corrijam se estou errado, área invadida não será objeto de reforma agrária para desapropriação. O atual Governo revogou, a área invadida hoje poderá ser objeto de desapropriação. Então, temos que ter responsabilidade, temos que tomar muito cuidado para que não venhamos trazer, ou ainda mais, incendiar esse conflito que está se estabelecendo na região oeste, ou no Paraná, ou no Brasil.

A imprensa tem noticiado recentemente, aqui, entre Cascavel e Santa Tereza, foi trancada a BR-277 pelo Movimento Sem-Terra, porque estavam reivindicando mais recursos na área social da Prefeitura. O que os transeuntes que usam essa rodovia têm a ver com o pedido dos sem-terra em relação ao atendimento da Prefeitura? Então, quando você procura responsabilizar os seus dirigentes você não consegue porque o MST não tem personalidade jurídica, ninguém é responsável, todo mundo se chama Zé, Maria, Josefa, não sei o que, da forma como eles nos receberam quando fomos visitá-los num acampamento, e acompanhado, como disse, do Ministério Público, sempre pelo Dr. Wanderlei Batista, para que desse a credibilidade. Sempre combatemos e vamos continuar combatendo a violência, não queremos o confronto, mas para que não haja o confronto, temos que ter muito cuidado para que não venhamos defender apenas um lado e condenar o setor produtivo e os proprietários da terra. Quem é da terra é da terra, tem que fazer uma seleção.

E falamos, nada mais justo do que a reforma agrária, municipalizá-la, porque quem conhece os cidadãos que lá estão no Movimento são os municípios, são os Prefeitos. Eles conhecem! Que não venham trazer gente lá do Paraguai, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do norte do Paraná, do sul do Paraná para levar ao oeste para invadir propriedades, ou vice-versa. É isso que está acontecendo hoje, como aconteceu com o caso das duas mortes que aconteceram na Syngenta, que falam que o cidadão do Movimento Sem-Terra que foi morto não é sem-terra, é um funcionário da FUNPAR, da Universidade Federal do Paraná, que foi morto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças PDT. Com a palavra Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Me parece que o Zagalo, técnico da seleção brasileira, tricampeão do mundo em 1970, o Zagalo técnico, depois da seleção, supervisor da seleção brasileira, Deputado Dobrandino, lembra quando ele disse: "Vocês vão ter que me engolir". Eu imagino que o Eduardo Requião, Superintendente do porto de Paranaguá, deve estar

dizendo assim, Sr. Presidente, ainda falando a respeito do Zagalo, somos muito agradecidos pelo que fez ao futebol brasileiro. Isso será reconhecido muito lá na frente, infelizmente, depois que a pessoa morre. No Brasil é assim. No restante do mundo é diferente.

Então, imagino que o Eduardo Requião esteja dizendo assim: “Vocês vão ter que me engolir até o final do Governo do meu irmão. Não quero escrever outra carta, não me forcem a isso”

Quero parabenizar mais uma vez o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que veio a esta tribuna e nos deu uma aula sobre o porto de Paranaguá. Sei que muitos aqui poderiam contribuir muito mais com o porto de Paranaguá. É preciso uma atitude desta Casa! Não só do Governo. E é o que o povo espera, uma atitude desta Casa. Queria propor aqui, são 16h30, que saíamos daqui agora, todos nós, para Paranaguá. Vamos, numa atitude séria, coerente, transparente para Paranaguá. Vamos até o porto. Não vamos avisar, porque se avisar não dá certo. Temos esse direito. Temos uma carteirinha de Deputado Estadual que o povo nos deu. Essa carteirinha tem um valor muito grande e que nós, muitas vezes, esquecemos. Vamos sair agora daqui. Vamos ajudar o Governador Roberto Requião a resolver a questão do porto de Paranaguá.

Eu, todas as manhãs, recebo na rádio que trabalho, centenas e centenas de mensagens dos caminhoneiros. Vou recordar uma mensagem aqui, de tantas que recebi hoje. Dizia assim: “Oi, oi, Luiz Carlos Martins, estou aqui no melhor porto do mundo...”. Começou já assim, ironicamente. Ironicamente como o Governador Roberto Requião o é. “Estou aqui no melhor porto do Brasil, numa fila de 30 quilômetros, num pátio imundo, com banheiros imundos, com sujeira, com desmandos. Até quando vai ficar assim? Esse caminhoneiro deve ser da região norte do Paraná, porque o código é 043. Tantas mensagens que recebemos. Quando os caminhoneiros começam a falar isso, é porque a coisa é muito grave.

Quando o Deputado Valdir Rossoni falou do canal da Galheta, que ele tinha 200 metros há cinco anos atrás e hoje tem 115 metros. E o navio tem 45 metros de largura. Imaginem, ele tem que ir no meio, certinho, mirar bem.

Imaginem o navio, Sr. Presidente, V.Exa. conhece muito bem o porto de Paranaguá, participou de grandes momentos. Que saudades! Que saudades! Então, o navio, Sr. Presidente, Deputada Cida Borghetti, vai certinho, ele vai no meio. Se ele encalhar, acabou. Não existe mais. E se for um navio carregado de petróleo, como que faz? E se vazar todo aquele petróleo? Adeus praia de Guaratuba! Adeus praia de Matinhos! Guaraqueçaba, com a sua riqueza, o seu berço natural que devemos preservar sempre.

Estava pensando, o navio pode entrar, se ele encalhar o outro também passa rente. É um navio que vai, outro que vem. Está virando brincadeira, Deputado Caio Quintana. Temos um porto que sempre foi orgulho para todos nós.

Todos sabemos da importância do porto de Paranaguá, o que ele significa para todos nós, que ele é um porto que temos que cuidar, é um dos melhores portos do

mundo, mais bem administrado. Isso não está acontecendo. Parece que o Superintendente do porto está fazendo por pirraça, por teimosia. Ele está judiando do irmão dele. Por que tem um irmão que gosta de judiar desse jeito? O Governador Requião, imagino o quanto está sofrendo! Ele sabe de tudo isso.

Queria sugerir ao Superintendente do porto de Paranaguá, que ele encontrasse uma saída, que ele pensasse no povo, no estado do Paraná, nessa gente boa que produz, trabalha, luta. Ele tem meios de encontrar uma saída.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Deputado, com grande honra cumprimento V. Exa. por esse belo pronunciamento. V. Exa. está dando tanto ênfase: como é que um irmão atrapalha tanto o outro? Quero lembrar que faz muito tempo que ele atrapalha. Lembra lá atrás, quando o Roberto Requião apoiou o Maurício Requião para Prefeito de Curitiba? O Eduardo, para atrapalhar, acabou saindo, sem chance nenhuma, sem poder de comunicação nenhuma. Foi para o PDT, chegou num dia e saiu no outro e fez aquele belo papel. Está bem o Governador de irmão.

É só isso, queria lembrar do tempo que ele atrapalhou lá atrás e continua atrapalhando até hoje.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

O meu aparte só tem 10 segundos, para lembrar, Deputado Luiz Carlos Martins, de um velho ditado do nosso saudoso Aníbal Khury: “Nunca nomeie quem você não pode demitir”. Esse é o drama que o Governador está vivendo: nomeou quem não pode demitir.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

E aí o Superintendente entra com uma ação, Sr. Presidente, de R\$ 1 bilhão em cima do jornalista Celso Nascimento e a Gazeta do Povo, porque todo dia tem uma notícia negativa do porto de Paranaguá. E qual será a nossa atitude aqui? De ficar quieto, do silêncio, da omissão? O povo não aceita isso.

Estou propondo aos senhores: vamos sair daqui, se não for hoje, outro dia, e vamos até o porto e não vamos avisar. Ah, se isso acontecer, será possível uma equipe da TV Assembleia ir junto conosco? Para conversar com os motoristas, com os funcionários, bem transparente. Afinal de contas, aquele porto é do povo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PT. Com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Comunico que amanhã, por iniciativa do PT, estará aqui utilizando o Grande Expediente por 15 minutos o Paulo Roberto Fühler, que é Coordenador Geral do Sindiquímica, que irá nos falar sobre as consequências

da privatização da Ultrafértil, que faz 15 anos que foi privatizada, o que significa hoje o monopólio das multinacionais no fornecimento de fertilizantes, às consequências disso para os produtores rurais. Será amanhã, no Grande Expediente.

Inscrevo-me para falar, Sr. Presidente, sobre a Mercosuper, a 27ª edição da Feira de Convenção Paranaense de Supermercados, que aconteceu em Pinhais, domingo, segunda-feira, e encerrou ontem.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Um aparte, Deputado Professor Luizão?

(Assentimento)

Sei que o senhor está com outro assunto. Mas, gostaria apenas, Deputado Elio Rusch, de fazer algumas considerações na sua fala. Quando falamos qual é a vocação daqueles que tem terra, pergunto se o BRADESCO, o Itaú, o antigo BAMERINDUS, hoje HSBC, a CR Almeida, que tem milhões de hectares de terra no nosso país, se tem vocação para a terra. Quando falamos que alguns estão fechando as rodovias - como o Deputado Elio Rusch falou - e isso é ilegal, quando os grandes proprietários fecham as rodovias, não vejo nenhuma manifestação, aqui. Quando falamos em recursos para a reforma agrária, nos esquecemos que a bancada ruralista hoje no Congresso está pleiteando a rolagem de dívida, ou seja, o parcelamento, o adiamento de uma dívida que tem mais de 20 anos, de R\$ 75 bilhões. Não há um único Deputado que venha dizer que isso também, BRADESCO, Itaú, terem terras, ou a CR Almeida ter a metade do sul do Pará, ou fecharem rodovias, ou terem 75 bilhões rolados, que isso também é regular. Acho que é preciso termos um pouco de memória quando fazemos as nossas considerações.

Obrigado, Deputado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Perfeitamente, Deputado Tadeu Veneri. Com esses 75 bilhões daria para fazer muita reforma agrária neste país.

Quero me reportar à feira de supermercadistas que aconteceu em Pinhais, nesses três dias, que foi muito produtiva e um sucesso a feira e a Convenção Paranaense de Supermercados, no município de Pinhais, gerando em torno de 1.000 empregos diretos e em torno de 3 mil empregos indiretos. O balanço inicial indica para um aumento de 10 a 15% mais negócios do que aconteceu no ano de 2007. Porque já nas inscrições foi constatado 15% a mais de inscrições de pessoas querendo participar. Passaram pela feira mais de 45 mil visitantes. A feira no ano de 2007 movimentou 500 milhões de negócios. Este ano está em fechamento, mas deve chegar a 550 milhões.

As empresas supermercadistas deste ramo estão muito otimistas, com o atual cenário econômico do Brasil, e esse sucesso que eles estão alcançando é devido ao crédito na manutenção da estabilidade econômica a médio e longo prazo. Muitas empresas brasileiras aproveitaram o

evento para tentar regionalizar suas marcas no Paraná, como por exemplo, a AC Alimentos, que representa os alimentos Todeschini e os Temperos Tia Anastácia e biscoitos Pica-Pau; também a M Dias Branco, de Fortaleza, que é dona das marcas Isabela, Adria e Basilar, que inaugurou uma filial no nosso município de Pinhais - também pretende implantar um moinho no nosso estado. As empresas paranaenses que pretendem levar os seus produtos no resto do país, aproveitando o momento em que estiveram presentes muitas empresas de outros estados e, principalmente, de Santa Catarina e da Argentina. O Paraná hoje ocupar a 5ª posição no ranking nacional de participação nas vendas. O setor supermercadista do Paraná faturou 8 e meio bilhões no ano passado e conta hoje com 2 mil 613 supermercados no estado, gerando mais de 60 mil empregos. O estado tem um supermercado para cada 4 mil habitantes e um hipermercado para cada 300 mil habitantes, índice superior ao de São Paulo, onde há um hipermercado para cada 650 mil habitantes.

A Mercosuper contou com aproximadamente 200 expositores e foram investidos, na organização do evento, cerca de 12 milhões, entre locação de espaço, infra-estrutura, hotel, passagens, mão-de-obra, palestrantes. Foi, realmente, um sucesso. Teve algumas palestras importantes, como por exemplo do Felipão, do Luiz Felipe Scolari e do Paulo Henrique Amorim. E o Gerente de uma das empresas importantes, conhecidas, do Angeloni, ele faz um balanço positivo, principalmente pela feira de orgânicos. O Muffato ficou muito otimista, estiveram ali muitas empresas, em torno de 200 expositores, 50 eram da área de orgânicos. Então, o setor de orgânicos está ganhando espaço nos supermercados, inclusive, existe um convênio dos supermercadistas do Paraná com o Governo do Estado para reservar um espaço para a exposição de produtos orgânicos dos pequenos produtores do nosso estado.

Então, só relatando esse evento, um evento importantíssimo, já que contamos aí com um grande espaço de exposição do nosso município de Pinhais, que é o Expo-trade, que tem sediado grandes eventos nacionais e internacionais.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB: com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Há pouco, na tribuna, o Deputado Elio Rusch estava fazendo uma pergunta: se existe maior violência do que a invasão - termo usado por ele - de uma propriedade produtiva? Não se trata de fazer ensinamento nenhum aqui, mas era bom que os Deputados pudessem

diferenciar a invasão de uma ocupação. São coisas totalmente diferentes. E nessa questão, que é muito explosiva, a questão da terra, é bom que se tenha em mente que invasão é uma coisa e ocupação é outra coisa.

Deputado Elio Rusch, existe sim, maior violência do que a invasão, como V. Exa. pronunciou, de uma propriedade produtiva. Não sei se V. Exa. acha, por exemplo, que o assassinato de quem quer que seja, seja uma violência menor do que a ocupação de uma ou de outra propriedade. Na realidade, esse tema traz a paixão dos seres humanos à flor da pele. É só fazermos incursões na história que vamos ver que as coisas não são tão fáceis assim.

O revolucionário Vladimir Litch Lénin, que fez a revolução soviética, Deputado Luizão, dizia que o grande anti-revolucionário, para se fazer a reforma agrária, era o pequeno proprietário rural, tão apegado ele era à terra.

Então, veja bem, no caso específico que o Deputado Tadeu Veneri, com muita propriedade, estava discutindo aqui na tribuna, não se trata de alguém que ocupou ou invadiu determinada propriedade - é um assentado.

Aí o Deputado Luiz Carlos Martins falou que alguém do MST não tinha nem o que comer. Mas acho que aí é uma vergonha para a sociedade brasileira, que há 500 anos permite que brasileiros aqui não tenham o que comer, porque é o país das elites.

Todos os dias, Sr. Presidente, se fala que o povo brasileiro é pacífico, é cordial, que ele é muito educado. Olha, daqui a pouco vamos comemorar. Deputado Elio Rusch, entre aspas, o alcance de 1 milhão de assassinatos, produzidos por quem? Pelo cordato, pacífico, ordeiro trabalhador e grande pagador de impostos, que neste país aqui ninguém sonega imposto nenhuma, o povo brasileiro. Um milhão de assassinatos. Todos os finais de semana temos centenas e centenas de ocorrências fatais produzidas aqui.

Então, acho que estamos fazendo uma discussão muitas vezes superficial, epidérmica, longe de atacarmos as causas. Então, ficamos sempre nesta discussão.

A reforma agrária foi feita no mundo todo. Aqui no Brasil ele ainda não foi feita. Por que ela não foi feita? Porque a elite, queriam ou não, aqueles que mandam no país, eles não querem reformas coisa nenhuma! Falamos em reforma tributária, fiscal, agrícola, fundiária, agrária. Eu me lembro que eu discutia estas questões nos congressos dos estudantes, mas somos um país onde durante muitos anos éramos acusados de sermos inimigos da nação - Ame-o ou deixo-o - porque falávamos que aqui no país tínhamos petróleo. Hoje a PETROBRAS e eu cansei de pichar muro: PETROBRAS, o petróleo é nosso o hoje a PETROBRAS Deputado Veneri, extrai das terras brasileiras mais de 1 milhão de barris de petróleo por dia e não tínhamos petróleo e nós ficamos aqui, não fazemos as reformas que são necessárias serem feitas aqui no país. basta ver o lucro anticristão, bandido, dos Bancos.

Então, quando, olha, alguém que não tem o que comer, que não teve a oportunidade de ir a uma escola, busca saída para a sua sobrevivência, é tido como marginal.

Um dia tinha alguém todo revoltado, Deputado Jonas Guimarães, porque ele, passando por uma propriedade agrícola que tinha sido ocupada, viu um carro ao lado de uma barraca! Quer dizer, então é isso que está na cabeça das pessoas: "Olha, temos os direitos, nós da elite, nós brancos, nós proprietários, de termos tudo! Agora, esses não! Esses não podem ter nada! Eles devem ficar subjulgados à miséria imposta a eles pelos governantes de 500 anos!" Então, quando chega alguém como o nosso Governador Requião, que bota o bisturi para estourar muitos tumores, logicamente que ele é combatido de todos os lados!

Com o aparte Deputado Professor Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Obrigado, Deputado Waldyr Pugliesi. Parabéns pelo seu pronunciamento, sempre brilhante. Concordo com V.Exa. e reafirmo que todos os países desenvolvidos, da Europa principalmente, eles se desenvolveram, alcançaram o desenvolvimento graças à coragem de fazer a reforma agrária.

Quem não conhece a herança histórica do Brasil da ocupação do solo? A história de grilagem, a expulsão de legítimos posseiros, aqui mesmo no Paraná? Quantos proprietários, que se diziam proprietários só porque conseguiam um documento no cartório dizendo que eram proprietários e expulsavam os legítimos posseiros? A Guerra do Contestado? Hoje falamos em reforma agrária e existe reforma agrária no Brasil, graças ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, porque senão não teríamos a oportunidade de ver reforma agrária neste país, porque as elites, como V. Exa. mesmo disse, não querem ver reforma agrária neste país! A reforma agrária só acontece graças ao Movimento e à pressão dos trabalhadores sem-terra!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Muito obrigado pelo seu aparte, que enriquece o meu simples pronunciamento.

Sr. Presidente, antes que o grito estridente me diga que terminou o meu tempo, estou caindo fora!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário PPS/PMN, Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Nelson Justus, vou usar mais uma vez a tribuna desta Assembléia para falar mais um pouco sobre Segurança Pública. Hoje se falou bastante sobre morte, assassinato, não focando diretamente no tema Segurança Pública, mas acho que é nosso papel, enquanto Deputados, de trazer à discussão, de propor ações para melhorar a Segurança Pública.

Hoje a pesquisa que saiu pelo site Documento Reservado coloca como ponto mais importante e mais discutido, no Paraná, o que mais a população está reclamando: Segurança Pública. Vamos falando aqui e falando e falando e, de repente, de tanto falar, acabamos não dando bola. Quando se fala uma coisa que é novidade, se presta atenção, as lideranças se movem! Mas estamos falando tanto em Segurança Pública, cobrando tanto, que parece que já não é mais novidade! Então, saiu hoje no site dizendo que o principal problema do Paraná, fora o desemprego, fora a Saúde, é a Segurança Pública.

Estamos alertando aos Deputados e ao Governo com relação a nossa região de Campo Mourão. Quero fazer um paralelo, eu vi ontem o Deputado Jocelito Canto falando de Ponta Grossa, com relação à Segurança.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que é de Ponta Grossa, o Deputado Jocelito Canto falou em nove homicídios, em Ponta Grossa, este ano, nos três meses. Pois Campo Mourão está bem acima disso. Olha que Campo Mourão é uma cidade que tem 85 mil habitantes. Ponta Grossa tem 300 mil habitantes. Então é mais que três vezes maior do que Campo Mourão. De repente, começamos a analisar que não é só um problema de Governo, pode ser também problema local.

Campo Mourão, os números, vou repetir: em 2002 foram 28 homicídios na cidade. Em 2003, 27 homicídios. Não estou falando da região que é de 400 mil habitantes, da cidade de Campo Mourão. Em 2004 foram 31 homicídios. Estou falando de homicídios, não estou falando de acidentes que acontecem com as pessoas. Estou falando de morte matada, como se diz no linguajar popular. Em 2005 foram 48 homicídios na cidade. Agora em 2008, já 11 homicídios. Se for nesse índice, vai ultrapassar os 48.

Fico imaginando que temos que falar de Segurança, cobrar Segurança, pedir novos policiais. Fizemos Audiência Pública, até agora não chegaram os 49 policiais. Vou ficar reiterando aqui, Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, porque estamos precisando de novos policiais, de mais estrutura. Falei do presídio aqui. V. Exa. já defendeu o Governo dizendo que em Maringá está fazendo, em Cascavel estão construindo também, mas na região de Campo Mourão não estão construindo, não estão investindo. Por isso, deixei para falar hoje sobre um projeto de lei que apresentamos aqui nesta Casa, para proibir a venda de fardamentos, de distintivos, de equipamentos que são relacionados à utilização só da Polícia. Seja da Polícia Militar, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Federal, enfim, e que as pessoas se utilizam, muitas das pessoas às vezes de má-fé. Compram nas lojas, compram o fardamento até do Exército, compram distintivo, fardamento da Polícia e fazem aquelas blitz falsas e assaltam as pessoas.

É uma iniciativa nossa. Daí, quero fazer um agradecimento aqui a todos os Deputados, independente do partido, da religião, do sexo, enfim, todos os Deputados desta Casa aprovaram esse projeto, por unanimidade, sem nenhuma emenda, sem nenhum comentário. Esperei aprovar o projeto para que eu pudesse vir aqui agradecer a todos.

Quero pedir o apoio do Líder do Governo, Deputado Romanelli, V. Exa. que tem uma influência muito grande aqui nesta Casa, por ser o Líder do Governo, nos ajude para que o Governador Roberto Requião sancione esta lei. É o Projeto nº 764. A imprensa deu uma divulgação muito grande. Pode ajudar no controle da Segurança. Não é só responsabilidade do Governo, nós sabemos. Nós, enquanto Deputados, temos responsabilidade de apresentar projetos, de fazer as cobranças aqui, para que possamos melhorar a Segurança Pública.

Espero que o Governador Roberto Requião sancione esta lei, para que ela possa ajudar no controle da Segurança Pública. É um item talvez pequeno, mas que está também já de início no nosso alcance e que todos os Deputados desta Casa já aprovaram.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Obrigada. Primeiro quero parabenizá-lo pelo projeto, mas me chamou a atenção no início a sua fala dizendo, mais uma vez, que subia à tribuna para falar de Segurança. Se formos ver o seu projeto, que o senhor acabou de relatar; o projeto que disciplina o uso de capacetes, do Deputado Traiano; o projeto das portas giratórias nos Correios, do Deputado Tadeu Veneri; um projeto do Deputado Stephanes, versando sobre a questão dos cães de guarda. A “indústria da insegurança” generalizada no país como um todo e aí, na “indústria da segurança” vemos seguradoras, produtores de travas, alarmes, portas giratórias, monitoramento por câmeras, cercas elétricas, serviços de vigilância, blindagem de veículos e poderia numerar uma série de outros equipamentos que estão no mercado e fazer parte da “indústria da insegurança” do país.

Isso tudo vem dizer o seguinte: quando não há uma resposta do Poder Público, a sociedade de adequa e vai fazendo a sua parte para buscar essa produção. E às vezes fico pensando que se resolvêssemos o problema de insegurança no país, teríamos um problema grande de ordem econômica.

Mas, parabéns pelo seu projeto Deputado.

Muito obrigada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputada Rosane.

Quando falamos de Segurança Pública pode-se imaginar que só cobramos, cobramos e cobramos o Governador. Não é só isso! Claro que é dele a responsabilidade maior, até porque ele é o Governador, e se propondo a Governador tem que dar exemplo nesse item também. Por que falo desse item? Porque o documento reservado está dizendo novamente que estávamos certos aqui nas cobranças. A população reclama, agora, muito mais de falta de Segurança Pública aqui no estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Campo Mourão tem subdivisão policial?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Tem a 16ª Subdivisão Policial que, aliás, é o local onde funciona um cadeia e que está sempre superlotado. Já pedimos que transfiram do centro da cidade para um local mais isolado, para oferecer mais segurança às pessoas. Fugas são várias. Lá também tem um quartel da Polícia Militar. Mas o quartel não é só para atender Campo Mourão, é para atender a região toda, inclusive Cianorte, do Deputado Jonas Guimarães, aí essa carência do número de policiais. A Audiência Pública que fizemos lá foi justamente para mostrar a realidade regional. E estamos há quase seis meses esperando os novos 40 policiais. Não vai resolver o problema ainda, mas é um avanço.

Então estou falando mais uma vez sobre Segurança e vou continuar falando, porque acredito que somados todos os Deputados vamos cobrando do Governador e esperamos que a população tenha melhor segurança.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

**Bloco PSB/PRB/PV: Deputada
Rosane Ferreira (PV)**

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje pela manhã, na sala das comissões, realizamos mais uma reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, que presido.

Tivemos lá a presença do Conselho Regional de Serviço Social, do Conselho Regional de Psicologia, do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, da Secretaria do Estado do Trabalho e Promoção Social e da Secretária da Criança e da Juventude, Sra. Telma Alves de Oliveira. Tivemos a presença dos Deputados Antonio Belinati, Beti Pavin e Reni Pereira, que compõem a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Em pauta estava o projeto ou a mensagem enviada do Tribunal de Justiça, que cria o quadro temporário de Técnicos Especializados em Infância e Juventude e adota outras providências e que tramita na CCJ, tendo em vista o grande déficit que há de profissionais que integram a equipe multidisciplinar do Tribunal de Justiça.

E hoje o representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário trouxe um documento para que os Deputados que compõem a Comissão tivessem conhecimento, uma carta do Dr. Sérgio Luiz Kreuz - Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude de Cascavel. Vou pedir licença aos senhores para ler a carta do Dr. Sérgio:

(Lê):

“Srs. Deputados.

A Constituição Federal, em seu artigo 227 estabelece que *é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à sociedade, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, estabelece que cabe ao Poder Judiciário, além de criar varas especializadas, dotá-las de infra-estrutura necessária (artigo 145).

O artigo 150, do referido Estatuto estabelece, ainda, que *cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.*

Ocorre, porém, que apesar das disposições supra mencionadas, passados quase 20 (vinte) anos da promulgação da Constituição Federal que consagrou o princípio da prioridade absoluta, bem como quase 18 (dezoito) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas varas da infância e juventude não dispõem de equipe interprofissional, destinada a assessorar os Juízes da Infância e da Juventude, o que vem causando enormes prejuízos às crianças e adolescentes, principalmente àquelas que se encontram nos abrigos de todo país.

A intervenção da equipe interprofissional é necessária nos processos de perda e suspensão do poder familiar (artigo 161, parágrafo 1º, artigo 162, parágrafo 1º, do ECA), adoção, guarda e tutela (artigo 167, do ECA), bem como nos processos de aplicação de medidas sócio-educativas (artigo 186, parágrafos 2º e 3º, do ECA).

A situação mais dramática é daquelas crianças e adolescentes que se encontram nos abrigos, sendo privadas da convivência familiar e que dependem de providências judiciais urgentes. Ocorre, porém, que a propositura de ações de destituição do poder familiar ou, até mesmo, em muitos casos, a aplicação de medidas de proteção à família, que possibilitem o retorno destas crianças aos lares de origem, vem demorando, em muitos casos, por longos anos, criando uma situação insustentável e extremamente injusta, que ao mesmo tempo impossibilita sua colocação em famílias substitutivas (cresceram demais dentro dos abrigos) ou o retorno à família biológica (com o longo tempo em que ficaram nos abrigos, perderam os vínculos familiares).

Grande parte das comarcas do país não dispõe de um Serviço Auxiliar Interdisciplinar, composto por psicólogos, assistentes sociais, para auxiliar os Juízes da Infância e da Juventude, em completo desrespeito ao princípio constitucional da prioridade absoluta e do direito da criança e do adolescente à convivência familiar.

Muitas vezes, com razão, somos criticados pela sociedade e imprensa, pela exagerada demora nos processos de destituição do poder familiar e adoção, bem como o descaso com que são tratados os processos envolvendo crianças e adolescentes. Desconhece-se, no entanto, que há casos em que crianças são abrigadas e demora-se, não raras vezes, mais de um ano pela elaboração de um estudo social que permita a aplicação das medidas de proteção. Nesse tempo, os pais desaparecem, perdem os vínculos com os filhos, e sequer se iniciou o processo de destituição do poder familiar ou se aplicou qualquer outra medida de auxílio à família, que possibilitasse o desabrigamento, por exclusiva falta de recursos humanos (equipe técnica).

Entre as medidas judiciais mais comuns nas varas de infância e juventude são as chamadas medidas de proteção e de destituição do poder familiar, que permitem que a criança, posteriormente, seja colocada em adoção. É, portanto, uma medida extremamente traumática, antipática, que como dispõe o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, só deve ser aplicada em casos realmente excepcionais. Assim, como pode o Juiz decidir uma causa tão importante, sem que antes tenha ouvido e tenha sido realizado um estudo sócio-familiar, inclusive sob a perspectiva de a família ser auxiliada e poder manter o poder familiar, sem o auxílio de uma equipe técnica competente? Como é medida extrema, obviamente, a prova deve ser segura, posto que uma vez realizada a destituição e a criança colocada em adoção, a situação se torna irreversível.

Não é possível dizer que um casal ou pessoas estão preparados para adoção, sem que seja realizado um estudo social por profissionais competentes, ou seja, psicólogo, assistente social, etc. Também não se pode dizer que uma família não tem suporte emocional, psicológico, afetivo para manter a criança na família, sem a mesma avaliação técnica.

A análise das condições da família, dos motivos do abrigamento, só pode ser feito por uma equipe multidisciplinar, independente, até mesmo dos abrigos, tendo em vista que estes muitas vezes tem interesse na continuidade do abrigamento, independente dos serviços sociais dos municípios, posto que estes tem obrigação de atendê-las e oferecer os serviços de proteção e auxílio à família, razão pela qual a equipe deve ser vinculada ao Poder Judiciário.

No caso das crianças e adolescentes abrigados, uma vez noticiados ao Poder Judiciário, passam a ser de sua responsabilidade. O Poder Judiciário as coloca em situação de proteção, que deveria ser temporária. Ocorre, porém, que muitas vezes não lhes dá a oportunidade de retornarem à família, quando isto se mostre viável em nem lhes dá oportunidade de obterem uma nova família, quando a família de origem se mostra desinteressada ou sem condições de assisti-la.

O Poder Judiciário, normalmente, é chamado para atuar nas consequências de falta de políticas públicas de

assistência social, saúde, segurança, habitação, etc. No caso da criança e do adolescente, o Poder Judiciário tem a oportunidade de atuar no sentido de reverter positivamente a situação social, evitando que crianças abrigadas voltem para as ruas, com as lastimáveis consequências que daí decorrem.

Quando não é possível o retorno da criança à família de origem, que pelo menos lhe seja dada a oportunidade de ganhar uma família substituta. O grande problema, nestes casos, é que trabalhamos contra o tempo. Quando o Juiz julga muito rapidamente, sem as cautelas necessárias, como um estudo técnico, elaborado por profissionais especializados, poderá estar impedindo o retorno da criança ao convívio familiar, que é o primeiro objetivo a ser buscado. Por outro lado, quando demora muito para decidir, a cada dia vão sendo reduzidas as chances de adoção. Todos sabem da preferência nacional, para fins de adoção, de crianças recém-nascidas ou com poucos meses de idade, em perfeitas condições de saúde.

É comum observar que crianças e adolescentes que permanecem por muito tempo nos abrigos (não raras vezes por vários anos), também por falta de ação do Poder Judiciário, quando chegam na fase da adolescência (quando as chances de adoção são muito reduzidas) acabam fugindo e ganhando as ruas, com as consequências que de todos são conhecidas.

Diante disso, é preciso reconhecer que o Poder Judiciário, na parte que lhe cabe, não está cumprindo com a sua função e, muito menos, dando a devida prioridade prevista na Constituição Federal.

Em 25/04/06, ou seja, há mais de dois anos, o Conselho Nacional de Justiça, por proposição minha, por unanimidade, e *considerando que a Emenda Constitucional nº 045/04 atribuiu ao Conselho Nacional de Justiça a função de planejamento estratégico do Poder Judiciário Brasileiro; considerando que a Constituição Federal impõe ao estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (artigo 227, caput, da Constituição Federal); considerando a necessidade de acompanhamento profissional especializado em diversos tipos de ação que envolvem menores previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo das que versam sobre a perda e suspensão do poder familiar (artigo 161, parágrafo 1º e 162, parágrafo 1º, da Lei nº 8069/90), guarda, adoção e tutela (artigo 167 da Lei nº 8069/90) e aplicação de medidas sócioeducativas (artigo 186, caput, da Lei nº 8069/90); considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) prevê a criação de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude em seus artigos 150 e 151¹, recomendou aos Tribunais de Justiça de todo Brasil a implantação de equi-*

1.Recomendação nº 02 do CNJ.

pes interprofissionais, próprias ou mediante convênios com instituições universitárias, que possam dar atendimento às comarcas dos estados nas causas relacionadas à família, crianças e adolescentes, com prazo de seis meses.

Passados dois anos da recomendação, muitos estados promoveram esforços no sentido de se adequar a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, enquanto outros, como o Paraná, não tomaram qualquer medida para melhorar a estrutura das varas de infância e juventude.

Enquanto isso, os abrigos do Paraná continuam superlotados e as varas de infância e da juventude, como a de Cascavel, aguardando a boa vontade das autoridades responsáveis, acumulando processos, em especial de crianças que vivem em abrigos, em total desrespeito ao princípio constitucional e estatutário da convivência familiar.

Espero, portanto, que a Assembléia Legislativa do Paraná, tome uma posição em defesa daqueles nossos irmãos excluídos, que vivem em estado de completo abandono afetivo, promovendo medidas para estruturar as varas de infância e juventude de nosso estado, bem como que o Tribunal de Justiça cumpra com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Recomendação nº 002, do Conselho Nacional de Justiça.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

SÉRGIO LUIZ KREUZ

Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude de Cascavel”.

Em resumo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que hoje se assistiu na nossa Comissão foi um pedido de socorro, um pedido de socorro que se faz aos técnicos do Tribunal de Justiça, os Conselhos de Psicologia, os Conselhos de Serviço Social, para que possamos adotar medidas e cobrar ações que viabilizem e que visem estruturar, melhor estruturar o Poder Judiciário. O cofre é um só, o dinheiro vem do Executivo e principalmente o orçamento público é construído por cada cidadão deste estado.

Precisamos fazer com que essa situação seja revertida. Via de regra, o que assistimos nos municípios, Deputada Beti Pavin, são pessoas que querem adotar uma criança às vezes chegarem nos centros de saúde com formulário simples pedindo para que um ou outro profissional lhe dê um atestado de higiene física e mental, como se fosse um processo simples dizer que uma pessoa está habilitada para adoção. Via de regra, o que assistimos são os municípios fazendo mais uma vez a lição de outros e colocando à disposição do Poder Judiciário profissionais para que lá desempenhem o papel de técnicos, e via de regra o que se coloca à disposição do Judiciário não é o profissional mais preparado, porque o profissional mais preparado não abrimos mão, não é verdade?

Então, vamos repassar esse documento ao gabinete dos Srs. Deputados e vamos acompanhar muito de perto como será a relatoria do Deputado Reni Pereira, como será

o projeto de lei ou a mensagem enviada para esta Casa pelo Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 11719/97, que cria o quadro temporário de Técnicos Especializado em Infância e Juventude e adota outras providências.

Era isso o que eu tinha a falar. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto pelo Bloco PR/PTB, pelo tempo de 10 minutos.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras, que nos ouvem.

Vamos falar de Segurança, de novo, hoje. Ando ouvindo os pronunciamentos aqui e buscando dados, buscando informações para fazermos um amplo debate sobre a Segurança. Jornal da Manhã de Ponta Grossa de hoje, principais manchetes da Polícia: “Família é presa por tráfico na Vila Odete”; “Traficante é preso no calçadão”; “Droga renderia mais de 40 mil”; “Motos estão em 70% dos acidentes”; “UEPG volta a atender detentos do cadeia”; “Pente fino recolhe mais um celular dentro do cadeia”. Jornal Diário da Manhã de Ponta Grossa, hoje: “Situações de grande e pequeno tráfico são desbaratadas”; “Homem põe fogo na própria casa”; “Nova revista no cadeia, a PM encontra mais um telefone”. Segunda, terça e estamos terminando a quarta-feira, vamos completar três dias, nenhum homicídio.

Domingo passado fazia 15 dias que ninguém matava alguém em Ponta Grossa. Domingo, dois se mataram. Causas: um matou o outro por briga num bar; o outro matou o outro por causa de uma ex-mulher, ciúmes.

Vamos analisar a Segurança, os números. Ponta Grossa não é o caos na Segurança, não! Chamar a cidade de caos na Segurança é atacar a nossa Polícia Militar. É atacar os nossos valorosos homens da PM, que trabalham com determinação, muitas vezes passando dos limites. Falar que Ponta Grossa é um caos na Segurança é atacar aquela corajosa Delegada que assumiu recentemente o posto de Delegada-Chefe, com uma equipe maravilhosa e que vem fazendo um grande trabalho. Dizer que o caos está estabelecido em Ponta Grossa é atacar a dignidade das pessoas que moram lá, porque os números mostram que a nossa cidade, que tem problemas, é uma cidade que tem um povo de paz. Claro que tem! Claro que falar da Segurança é bom! Quando eu tinha 10 anos, no Rio Grande do Sul, já ouvia os velhos políticos dizerem: “Se eu ganhar, vou cuidar da Saúde, da Segurança, do emprego”. Toda campanha é assim.

A Oposição bate no emprego. Nunca tem. Bate na Saúde. Sempre tem problemas. E bate na Segurança. Porque quando um matar ali, vira manchete. O cara morreu no bar, é falta de Segurança. Espera aí, a Polícia tem que

colocar um policial dentro do bar? O marido matou a mulher dentro de casa. É culpa de quem? Da Polícia também? Ouvi o Deputado Douglas Fabrício dizer aqui que em Campo Mourão, que tem subdivisão policial, que tem PM, teve 12 homicídios nesses três meses. Campo Mourão, com 85 mil habitantes. Ponta Grossa, se o censo não roubasse, teríamos 400 mil habitantes, nove homicídios em três meses. Vinte e um carros furtados, 20 recuperados. Lá em Ponta Grossa, quando se rouba o carro de alguém, é recuperado. Cidade boa! Uma maravilha! Tem problemas? Claro que tem!

Hoje falava com o Secretário Delazari e cobrava dele: veja que números bonitos em Ponta Grossa! Isso que o senhor ainda tem uma dívida conosco! E ele marcou para que eu e o Deputado Péricles estejamos na próxima semana lá, na Secretaria, porque vai nos dar mais uma novidade. Já avisei a Delegada, o nosso Coronel João Jorge Júnior. Acho que a novidade é que vamos receber mais policiais.

A Segurança Pública não é só de agora, ela vem do tempo da Bíblia. No começo da história bíblica havia dois irmãos: um 100% bom e um 100% bandido. Abel e Caim. O Abel tinha um coração fantástico, mas do lado dele tinha Caim, bandidão. Quem era a Polícia naquele momento? Quem era? Deus! E o Todo-Poderoso Senhor não conseguiu evitar que seus filhos se matassem.

Então, Srs. Deputados, vamos falar de Segurança, mas não vamos dizer que a Polícia é um caos. Não. Sei, porque moro em Ponta Grossa. Está aqui o boletim da Polícia Militar que li na rádio hoje. Diz a Polícia Militar: “Moradora de Ponta Grossa é acusada de seqüestrar filha na Alemanha”. Ligou para o Conselho Tutelar, resolveram tudo. Foram ao Conselho Tutelar, o telefone está desativado porque não pagaram. A Prefeitura não pagou, mesmo assim a Polícia resolveu. “Arrancaram tábua para furtar objetos e jóias”. Já tem o levantamento de quem foram os autores. “Menino pilota moto e provoca confusão na Santa Mônica”. “Embragado, motorista atropela dois pedestres no centro”. “Pai de homicida entrega o filho à Polícia Militar”. O pai ligou e disse: “Foi meu filho quem matou”. O Disque-Denúncia. “Arrombadores de veículos são detidos no centro”. “Adolescentes traficam haxixe”. Polícia de Ponta Grossa, hoje, terceiro dia sem homicídio. Vamos torcer que possamos continuar com esses números. Não vamos parar não, Deputado Péricles. Não vamos só fazer discurso. Vamos ao Delazari esta semana e vamos dizer: premie os nossos policiais, dê mais viaturas para nós, esse povo merece.

Quero dizer que o grande problema de Ponta Grossa, da Segurança, é que o povo é católico, espírita, evangélico, é de Deus. Imagine uma cidade de 400 mil habitantes, não vai ter um crime? Teve 33 crimes no ano passado. Não devia ter nenhum, mas é normal.

Por isso, acho que não é um caos. Semana que vem vamos mostrar: olha o que o povo tem feito. Vamos dar mais uma melhoradinha para eles que fica melhor ainda.

Parabéns à Guarda Municipal, que está fazendo a sua parte. Parabéns ao Disque-Denúncia. O povo tem um coração tão grande que comemora esses números em relação a outras cidades. Cascavel, 100 mil no ano; Londrina, 300; Ponta Grossa, 33.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do Governo, com a palavra, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi durante esta tarde, nesta Sessão, diversos pronunciamentos. Relativamente à questão da Segurança, sabemos que aos poucos está voltando discurso mais razoável sobre o tema, como tratava com V. Exa. do problema da cadeia pública de Campo Mourão, superlotada. Citava-lhe um exemplo do que fizemos com aquele modelo de cela-célula que funciona muito bem, com custo muito baixo. Resolvemos o problema em Cornélio Procopio, que havia o cadeiaão que era uma vergonha para a cidade.

Quero dizer que o Deputado Jocelito conhece a cidade de Ponta Grossa - desculpem os demais pontagrossenses - mas conhece Ponta Grossa como ninguém. Ele vai, de forma vertical, buscar o tema que tem que ser tratado.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Romanelli, antes de o senhor mudar de assunto, gostaria de fazer um aparte sobre Segurança.

Queria elogiar alguns discursos que aconteceram aqui hoje, do Deputado Douglas Fabrício e do Deputado Jocelito. Porque quando se aprofunda a questão da Segurança, a Segurança não é apenas uma questão de Polícia. Ela é resultado de causas profundas da sociedade, econômicas, sociais, psicológicas, culturais. Isso tira esse mito da Segurança como uma questão apenas de Polícia. Também o Deputado Jocelito revela que em Ponta Grossa, pela solução que se tem dado a essa questão, o Governo mudou muito a questão da Segurança. Por mais problemas que existam, sabemos que o Governador Requião tem uma visão muito mais aprofundada que o Governo neoliberal anterior e tem agido com muita propriedade, apesar dos problemas decorrentes da chaga da tragédia nacional que ainda permanece.

Mas, parabéns e também se analisarmos, fiquei um pouco preocupado quando o Deputado Elio Rusch perguntou se existe agressão maior do que se ocupar de propriedade privada. Acho que assassinar um agricultor pobre, na sua pequena casa, como tão bem descreveu o Deputado Tadeu Veneri, é muito pior do que ocupar uma terra improdutiva.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço pelo aparte.

Entendo que esta Casa, daqui a alguns dias, receberá a presença do Secretário Delazari, que aceitou o convite feito pelo Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança. E a discussão vai ter que ser pautada para que possamos extrair, do ponto de vista bem objetivo, aquelas ações que são fundamentais nas regiões que cada um dos Parlamentares aqui representam. E não, o tema tem que ser politizado de forma eleitoral, não é para discutir a eleição aqui de Curitiba neste 2008.

Queria dizer o seguinte: gostaria de ter alguém aqui que pudesse, de forma vertical, aprofundar o tema do porto de Paranaguá, porque não é possível que possamos ver mais uma vez o colunista da Gazeta do Povo, Celso Nascimento, dando a pauta política da Assembléia Legislativa. Nunca vi que pessoa competente. Ele ocupou o espaço que era destinado anteriormente ao jornalista Fábio Campana.

O Celso Nascimento faz a pauta, Deputado Valdir Rossoni, da Assembléia Legislativa. Quero reconhecer aqui a competência do Celso Nascimento. Amanhã provavelmente ele vai escrever sobre um tema, é o tema da nossa Sessão, da Oposição. Sinceramente é isto. Ou V. Exas. conseguem, e eu sei que V. Exas. têm grande afinidade e amizade, um influencia o outro, mas seguramente verificamos que é uma pauta feita.

Agora, queria que V. Exa. pudesse explicar uma coisa: utilizei o nosso jovem Deputado Marcelo Rangel, que é um Deputado hi-tech, abriu ali, acessou o computador, e acessamos o porto de Paranaguá, o site da APPA. Tem 12 navios atracados, tem 40 navios ao largo, esperando para atracar, e tem ao mesmo tempo mais de 20 navios, com aviso de 48 horas para chegar a Paranaguá.

Agora, V. Exas. sabem qual o prazo médio de espera de um navio para atracar em Paranaguá? Sabem quanto é? Quatro horas. Quatro horas é o prazo médio de espera, porque basta fazer a conta, se fosse o caos. Doze navios atracados, 40 navios ao largo e 20 navios com aviso de 48 horas para chegar. Imaginem se fossem os 30 dias ditos pelo Líder da Oposição nesta Casa, se fossem verdadeiras as informações prestadas, tanto pelo Celso Nascimento, quanto pelo Líder da Oposição.

Digo mais: V. Exas. sabem quanto que é a tonelagem prevista que Paranaguá pode operar? Trinta milhões de toneladas/ano, é o que suporta Paranaguá. Quanto que Paranaguá movimentou de carga no ano passado? Trinta e oito milhões de toneladas. Dezesete por cento a mais do que tinha operado em 2006.

Ora, V. Exas. haverão de convir o seguinte: logisticamente esse porto está bem gerenciado. Vejam os números. Se o porto suporta 30 milhões, operou 38 milhões, aumentou 17% em relação ao anterior. Reconheçamos aqui. Não é à toa que recentemente ainda o Ministro Stephanes, o Governador Requião e diversas empresas, a Martini Meat, a Standard Logística, a América Latina Logística, o terminal de contêineres de Paranaguá, a

empresa Wilson Sons, além do terminal Ponta do Félix, tiraram o projeto do corredor de congelados do Paraná, porque ainda é um segmento que estamos perdendo. Temos que fazer crescer a nossa exportação por Paranaguá, dos congelados. Trinta e cinco por cento da carga de congelados sai por Paranaguá. Temos que ampliar ainda mais a exportação dos congelados.

A verdade é que o porto público de Paranaguá é motivo da sanha, da ganância de setores, de grupos privados que viram os seus interesses contrariados. Esta é a verdade.

Infelizmente temos que reconhecer que há segmentos que foram contrariados e que, ao invés de poderem fazer novos investimentos, que o setor privado deve fazer, como é esse caso, Deputado Valdir Rossoni, do navio de fertilizantes, é o setor privado que não tem armazéns para poder receber a carga, e ele está contratualizado, sabia disso, que ia ter que esperar, porque o setor privado não é o público, embora V. Exas. saibam que a APPA, o porto de Paranaguá quer fazer um novo silo graneleiro e um armazém público de fertilizantes que não existe.

Então, quero dizer a V. Exas. que temos grandes desafios - o cais oeste é um desafio - fazer operar o terminal de álcool que recentemente, com o Presidente Lula, inclusive, viabilizando o álcool-duto por Paranaguá, pelo Mato Grosso, Paraná, passando por Maringá. Ainda hoje está sendo inaugurado, Deputada Cida, lá em Maringá, V. Exa. está aqui trabalhando na Assembléia Legislativa, deveria até estar participando, um grande terminal sucro-alcooleiro no município de Maringá e Sarandi.

Ora, reconheçamos, temos que ver o seguinte: por que o terminal de álcool não operou? Porque a ALCOOLPAR não tem álcool para exportar. O álcool que está sendo produzido no Paraná, Deputado Durval Amaral, está sendo todo ele consumido na economia do nosso país. Porque com o advento do automóvel flex está começando a sobrar gasolina, Deputado Pastor Pra-czyk. Está sobrando gasolina. Quase 44% são a álcool. Eu mesmo tenho carro flex e gosto, funciona bem e é mais econômico.

Sr. Presidente, esses temas têm que ser discutidos de forma vertical. Vamos aprofundar a discussão, para que não possamos de forma absolutamente horizontal - eu diria que sem nos aprofundarmos no tema, é repetir aquilo que os colunistas, políticos, dos jornais que pautam a Assembléia têm dito e acabam fazendo que possamos discutir falsamente as questões nesta Casa. Entendo que os Parlamentares são muito preparados e devem se aprofundar mais para discutir um tema tão importante.

Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, com a permissão do Líder do Governo, faço uso da tribuna desse lado, hoje, em uma situação quase inédita, até para sentir se o som é diferente ou é igual. Mas dizer que sinto mais prazer em falar daquela tribuna.

Tenho no Deputado Romanelli um grande Parlamentar. O grande Parlamentar se caracteriza, na maioria dos momentos, quando ele fala com convicção. Sinceramente, quando V. Exa. fala, sinto que não tem a competência peculiar, costumeira e diária, quando usa a tribuna desta Casa. Lamentavelmente, V. Exa. se posta defendendo o indefensável. Mas é bom, é excelente, porque agora Campo Mourão está nos assistindo. O agricultor, o empresário ou aquele que produz neste estado ouviu que não é só o Governador que está sendo enganado. O Líder do Governo também entrou na mesma canoa.

Avisamos e eles acham que somos masoquistas e que queremos que o porto vá mal. Não somos nós que estamos falando que o porto vai mal. Quando falo do Canal da Galheta é porque falei com um prático. Quando digo que a economia do Paraná padece é porque falo com o setor produtivo.

Quero cumprimentar o filho do Ministro da Agricultura, que outro dia disse o seguinte: "O setor produtivo deste país produz sozinho, desde que o Governo não atrapalhe." Quero pedir, pelo amor de Deus, que o porto de Paranaguá não atrapalhe o setor produtivo. Deputado Romanelli, no seu pronunciamento, quem prestou um pouquinho de atenção deve ter percebido que tem 12 navios atracados, 40 em alto-mar e 20 chegando. São 68 para chegar e só tem 12 carregando. Porque falta local para atracar. Quem é que prometeu o cais oeste? Foi o Deputado Rossoni, o Líder da Oposição, foram os Deputados da Oposição? Há de se fazer um grande esforço para construir o cais oeste. Que esforço é esse? Tem que fazer o esforço para não faltar com a verdade com a população paranaense. Quem prometeu não fui eu. Quem prometeu não foi o nosso candidato; quem prometeu foi o Governador que governa este estado há cinco anos e quatro meses e não cumpre o compromisso com os paranaenses, porque ele parte da premissa que o povo esquece, mas estamos aqui para lembrar!

O custo de um navio em alto-mar, é importante dizer, não custa do Governo, da incompetência da direção do porto; custa do agricultor! Esta história do fertilizante, Deputado Romanelli, pelo amor de Deus, desça a Paranaguá e não fale com quem está sendo ressarcido com o dinheiro do porto de Paranaguá, ganhando salário. Chegue lá, coloque um boné, uns óculos escuros para não lhe reconhecerem, chegue e converse com pessoas que conhecem a verdadeira realidade do porto de Paranaguá. Ou então mande um amigo de sua confiança falar com um empresário que usa o porto de Paranaguá ou que já foi para outro porto.

Deputado Romanelli, V. Exa. quando não tem convicção - e eu reconheço a sua competência, não leve como agravo - mas V. Exa. quer insistir aqui que somos pautados pelo jornalista Celso Nascimento. Que bom que temos um bom jornalista que traz assuntos para essa Casa! Quero dizer a V. Exa., estive na semana passada em Paranaguá investigando, hoje eu passei a manhã inteira ouvindo pessoas de Paranaguá. Como o assunto Paranaguá vai tomar conta dos noticiários nos últimos dias porque o caos está instalado lá em Paranaguá, o Deputado Luiz Carlos Martins falou naquela tribuna que o caminhoneiro disse para ele que estava numa fila de 30 quilômetros e que o local que estava estacionado era um pântano, falta de higiene. O Deputado Plauto trouxe outros números aqui que dizem quanto custa um navio parado, por dia, e os números confirmam o que eu disse aqui: tem 40 navios parados, aguardando para entrar no porto. Eles não entram no porto por quê? Porque não têm onde atracar. E onde está o cais oeste?

E quanto ao terminal de álcool? Como é que a Catalini, que é uma empresa privada, vai bem, obrigado? Ou V. Exa. acha que essa empresa está trabalhando com prejuízo? Eu não acredito, a Catalini deve estar trabalhando com lucro! Achei que o Governo construiria o terminal de álcool para funcionar e fazer concorrência. Então, tem duas coisas que podem estar acontecendo: a primeira é o que eu afirmei que o terminal de álcool não está funcionando, porque tem erro de engenharia e para funcionar precisa uma adequação, tem que dar uma reformada no que foi inaugurado pelo Governador e não funcionou. Ou há um acordo escuso, onde não há interesse para funcionar, para não fazer concorrência para a Catalini? É a única coisa que eu posso deduzir! Por que gastar o dinheiro e não usar?

Faço uma proposta à V. Exa.: vamos a Paranaguá amanhã, junto com o Deputado Luiz Carlos Martins? Vamos fazer uma visita à pessoa expert em terminal de calcário? Vamos pegar um barquinho, nem que seja a remo, e vamos ver quantos navios tem paralisados lá? Vamos ver com os usuários do porto quanto custa a paralisação dos navios? Ora, nem tudo é possível, eu sei, é difícil, mas não tenho dúvida, o caos do porto de Paranaguá, V. Exa. vai ficar muito estressado nos próximos dias, porque vão vir à tona barbaridades, barbaridades e esse discurso do porto público, não porto público, não está em questão. Qual é o porto melhor? O de São Francisco? O de Itajaí? Não está em questão. Estamos discutindo o porto de Paranaguá, que é o porto dos paranaenses.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, parabéns pelo seu pronunciamento, como sempre brilhante à frente da Oposição. Eu topo, Líder da Oposição, eu topo o seu convite. Assim como gostei muito também do pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Martins, e como Presidente da

Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa, estava conversando com o Deputado Elio Rusch, podemos fazer uma visita a qualquer momento ao porto de Paranaguá. E na próxima semana estaremos nos reunindo na Comissão justamente para avaliar todas essas denúncias que foram abordadas nos pronunciamentos nesta tarde. Acredito, Deputado Rossoni, que a Comissão pode inclusive convidar outros Parlamentares para fazer essa visita que o senhor está propondo, que os Deputados da Oposição estão propondo a visita ao porto de Paranaguá, através da Comissão de Transportes.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte.

Encerro aqui o meu pronunciamento nesta quarta-feira, e saio mais preocupado, Deputado Elio Rusch, do que entrei. Achei que os números que trouxemos aqui serviriam pelo menos para uma ligação para o Governador, porque é toda a economia do estado...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Um minuto para que V. Exa. conclua o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo, Sra. Presidente. É toda a economia do estado que reclama.

E outra questão, para encerrar aqui, Deputado Romanelli, se for necessário ou compro o boné, os óculos escuros, um traje para que V. Exa. não seja identificado, e vou junto com V. Exa. nos setores que usam o porto de Paranaguá. V. Exa. vai certamente olhar com mais simpatia ao Líder da Oposição.

Obrigado.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 042/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias de hoje e amanhã (02 e 03/04/08, por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Nishimori, Nereu Moura e Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia da recordação do Holocausto, no dia 27 de janeiro de cada ano. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 013/08, de 04/03/08, em Projetos de Lei).

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ. Aprovado o projeto.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a APROTIBA - Associação dos Produtores da CEASA de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o instituto RPC, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/08, de 10/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 074/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de utilidade pública o instituto RPC, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Divina Providência, com sede e foro no município de Nova Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/08, de 11/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Divina Providência, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a correta denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, é composta

também pela sigla “ADP”, conforme previsão do respectivo Estatuto Social. Desta forma, a fim de adequar o presente projeto à correta denominação da referida Associação, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 078/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Divina Providência - ADP, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Cosme e Damião - AMASCD, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 086/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Cosme e Damião - AMASCD, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 601, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar favoravelmente. Embora ele tenha um efeito um pouco genérico, mas é de fato para obter informações sobre a questão do combate à erosão no estado. A SUDERHSA, que é o órgão responsável para combater a erosão certamente fará os esclarecimentos necessários.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 618 e 624, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 619 e 620, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Com sua discussão adiada. Requerimento nº 612, de autoria da Bancada da Oposição, requer o envio de pedido de documentos e informação ao Dr. Rafael Iatauro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Vou encaminhar contra.

Este requerimento tem características de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de tão amplo que está. Ele, na verdade, mistura temas como: gestão do dinheiro público com cartão corporativo.

Inclui aqui, numa 14ª pergunta, como é possível o acesso da Assembléia Legislativa para consultas, informações e relatórios à Central de Viagens de que trata o Decreto nº 3498/04 e informar a senha se for o caso, entre outros temas, todos que aqui estão.

Dizer que fiz um apelo, ontem, aqui, fiz um requerimento. Deputado Valdir Rossoni, por favor, V. Exa. não se ofenda com o que vou dizer. Vejo V. Exa. falando, às vezes até na forma de se vestir, as gravatas e as camisas, está cada vez mais parecido com o Líder do PSDB no Senado da República, Arthur Virgílio. Deve ser um uniforme nacional, uma padronização do PSDB, dos seus Líderes neste Brasil. Entendo como um elogio.

Exas., não temos o Paraná, não sabemos, fiz aqui o desafio, qual é a irregularidade e o escândalo? Se for escândalo, aponte-me um escândalo, uma irregularidade que tenha sido cometida com o cartão corporativo no Paraná. Tenho feito esse desafio para a imprensa. Não tem nenhuma informação sobre esse tema. Ninguém sabe. Nada. Zero. Nenhuma irregularidade.

Deputada Luciana Rafagnin, a Oposição quer procurar uma agulha em um palheiro, como diz o velho ditado popular. Vamos requerer aqui todos os cartões corporativos dos 11 mil e tantos servidores. Vamos analisá-los. Requerimento de pedido de informação é, única e exclusivamente, feito para promover desgaste político do Governo.

Quero pedir à nossa base que vote contra o requerimento, porque lamentavelmente ele não é para obter informação, e sim para promover desgaste político. É por isso que peço o apoio de V. Exas. para rejeitar o requerimento da Liderança da Oposição.

Era isso, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar favoravelmente o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Primeiro, o próprio Deputado Romanelli respondeu o que eu precisava. Como é que você vai dizer se tem irregularidade, se você não tem informação? Ele falou: “Não vamos dar a informação.”

Agora conto um histórico e gostaria de pedir aos Deputados da Oposição - como não temos número, que obstruíssemos, derrubássemos a Sessão. Dizer, minha cara Presidente, uma homenagem a V. Exa. pela firmeza com que V. Exa. tem conduzido nesta Casa, Deputado Durval Amaral, gostaria que V. Exa., que é um expert - em maio de 2007 entramos com um requerimento, derrubado; em 2008, derrubado; entramos com um requerimento sobre os cartões corporativos, administrativamente, porque a Constituição protege qualquer cidadão, não precisa ser Parlamentar. Fui como cidadão, não deixo nunca de ser Deputado, protocolei na Secretaria de Administração um requerimento, que foi encaminhada uma correspondência à Liderança da Oposição, pelo Chefe da Casa Civil, dizendo que ele não prestava as informações pela seguinte razão: não havia sido aprovado neste Plenário. Agora, com a palavra, o Líder do Governo. Quem afirma é o Chefe da Casa Civil de V. Exa. Não estamos prestando as informações dos cartões corporativos porque não foi aprovado na Casa, só que ele esqueceu de ler a Constituição. A Constituição dá direito a qualquer cidadão para que ele busque informações do Governo.

Então, Deputado Romanelli, V. Exa. também comete, me desculpe, não estou aqui para ser igual a ninguém, não estou aqui para ser melhor do que ninguém, estou aqui para exercer a minha função: vou buscar as informações do cartão corporativo.

Quero dizer a V. Exa. que em 2007 me foi negado, em 2008 me foi negado neste Plenário. Encaminhei à Secretaria da Administração, foi negado pelo Chefe da Casa Civil, argumentando que não tinha sido aprovado nesta Casa. Estou na Justiça. E não tenho dúvida que a Justiça vai ser favorável, porque a Justiça interpreta. A

Justiça não tem um lado. A Justiça interpreta a Constituição, a lei, e dentro de poucos dias vai ser determinado pela Justiça e os senhores vão vir aqui com um pen-drive - televisão eu já tenho - me entregar a informação dos cartões corporativos.

Por esta razão, V. Exa. não interprete a obstrução da Oposição como um desrespeito a V. Exa. nem ao Líder do Governo, mas sim uma articulação regimental e de direito da Oposição. Estamos em minoria, não queremos votar, porque segunda-feira, ainda tenho esperança, talvez segunda-feira a Justiça já se pronunciou.

O que estou requerendo aqui, e concluo antes do tempo, não são nem as informações dos cartões corporativos; são algumas questões que esclarecem ainda mais o que eu vou buscar na Justiça.

Por esta questão não vamos votar esse requerimento. Estamos em obstrução. Fico em Plenário para requerer chamada nominal para ver se temos 28 Parlamentares no Plenário. Não tendo, não votamos. Segunda-feira voltamos a esta questão para ficar claro e transparente que o Governo foge destas informações.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Está em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)
Chamada nominal.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)
Solicito votação através do painel eletrônico.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)
Sra. Presidente, quero votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Será feita a chamada nominal. Solicito, portanto...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)
Retiro a chamada nominal...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Mas mantenho a chamada nominal, Sra. Presidente. Eu quero votar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Será feita, portanto, a chamada nominal.

Solicito ao 1º Secretário, Jonas Guimarães, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento e digitem a sua senha para começarmos a votação. Após esse processo é que vamos saber se há quórum ou não. Em votação.

Quinze Srs. Deputados...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)
Sra. Presidente, só para registrar que os Deputados da Oposição estão em processo de obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Está encerrada a votação.
Quinze Deputados presentes, não há quórum para o prosseguimento desta Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 650/07; 033 e 050/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074, 078 e 086/08.

Levanta-se a Sessão.

